



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES - ICHCA

DANIEL REIS DE ARAÚJO RUFINO

O PROBLEMA DO LIVRE-ARBÍTRIO: UMA RESPOSTA TOMISTA

MACEIÓ

2021

DANIEL REIS DE ARAÚJO RUFINO

O PROBLEMA DO LIVRE-ARBÍTRIO: UMA RESPOSTA TOMISTA

:

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção do grau de Graduado em Filosofia.

Orientador: Prof. Me. José Urbano de Lima Júnior

MACEIÓ

2021

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

R926p	<p>Rufino, Daniel Reis de Araújo. O problema do livre-arbítrio : uma resposta tomista / Daniel Reis de Araújo Rufino. – 2021. 52 f.</p> <p>Orientador: José Urbano de Lima Júnior. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Filosofia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. – Maceió, 2021.</p> <p>Bibliografia: f. 51-52.</p> <p>1. Tomás, de Aquino, Santo, 1225?-1274. 2. Escolástica. 3. Livre arbítrio. 4. Vontade. 5. Determinismo. 6. Filosofia medieval. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU: 17.023.1</p>
-------	--

Dedicatória

Dedico este trabalho primeiramente a Deus e a seu Filho Amado o Senhor Jesus Cristo por terem concedido a mim forças para desenvolver esta dissertação, à minha família que pela graça de Deus me fortaleceram e me deram a oportunidade de finalizar este trabalho, e aos meus amigos Josivânio de Araújo e Julius Lima que me ajudaram a entender o pensamento de Tomás de Aquino com uma maior profundidade em nossas conversas. Dedico também ao professor José Urbano pela sua paciência e conselhos no desenvolvimento deste trabalho, que Deus o abençoe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço principalmente a Deus e a nosso Senhor Jesus Cristo, pois sem eles eu nada poderia fazer. Agradeço também ao professor Urbano por ter me ajudado e me aconselhado no desenvolvimento deste trabalho e ter me passado ótimos conselhos durante a dissertação desta monografia. Agradeço também a minha família por ter me dado apoio necessário, forças e tempo para finalizar esta dissertação. Partes do capítulo 2 e do capítulo 3 foram desenvolvidas durante as aulas da antiga disciplina “Oficina de Textos Filosóficos” da professora Juliele Sievers que permitiu aos alunos defenderem um tema da escolha deles, portanto, agradeço a professora Juliele Sievers por ter me concedido a liberdade de desenvolver este tema que hoje se tornou esta dissertação mais aprofundada. Da mesma maneira agradeço aos meus amigos Josivânio de Araújo e Julius Lima pelas nossas conversas relacionadas a São Tomás de Aquino que me fizeram despertar o interesse no pensamento deste filósofo medieval.

...o livre-arbítrio existe, e nenhum ser dotado de razão poderia existir se não possuísse a liberdade e a faculdade de julgar.

Boécio

RESUMO

O livre-arbítrio: eis um problema filosófico que sempre mexeu com a questão existencial do ser humano, naquilo que se refere ao problema da moral, da responsabilidade humana e dos limites desta liberdade, caso ela de fato exista. Muitos filósofos debateram sobre a existência do livre-arbítrio durante a história da filosofia, simplesmente pelo fato de ser algo que envolve temas relacionados à responsabilidade moral e à ética. Este trabalho será focado na abordagem de Tomás de Aquino (1225-1274) sobre o livre-arbítrio, tentando entender como o filósofo medieval expressa com sua filosofia o tema do livre-arbítrio.

Palavras-chave: Livre-arbítrio, vontade, determinismo, compatibilismo, filosofia medieval, Tomás de Aquino, escolástica.

ABSTRACT

Free will: this is a philosophical problem that has always touched the existential question of the human being, in what concerns the problem of morals, human responsibility and the limits of this freedom, if it really exists. Many philosophers have debated the existence of free will during the history of philosophy, simply because it involves issues related to moral responsibility and ethics. This work will focus on Thomas Aquinas (1225-1274) approach to free will, trying to understand how the medieval philosopher expresses with his philosophy the theme of free will.

Keywords: Free will, will, determinism, compatibilism, medieval philosophy, Thomas Aquinas, scholastic.

LISTA DE ABREVIATURAS

Comp. Theol. – *Compendium theologiae ad fratrum Raynaldum* (**Compêndio de Teologia**).

De civ. Dei – *De civitate Dei* (**A cidade de Deus**)

De lib. arb. – *De liberum arbitrio* (**O livre-arbítrio**)

De nat. Boni – *De natura boni* (**A natureza do bem**)

De ver. – *Quaestiones disputatae de veritate* (**Questões disputadas sobre a verdade**)

SCG – *Summa contra gentiles* (**Suma contra os gentios**)

S. Th – *Summa Theologiae* (**Suma Teológica**)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O LIVRE-ARBÍTRIO DO HOMEM	17
1.1 O livre-arbítrio do homem segundo Tomás de Aquino	19
1.2 A graça, o livre-arbítrio e o bem	27
2 DETERMINISMO RÍGIDO, DETERMINISMO SUAVE OU LIBERTARIANISMO?	31
3 DEUS E O LIVRE-ARBÍTRIO.....	41
3.1 A causalidade divina e a responsabilidade humana	41
3.2 A ciência divina e o livre-arbítrio	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	52

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo analisar a questão do livre-arbítrio em Tomás de Aquino. Este trabalho está dividido em três capítulos, e em cada um deles será tratado um tema específico. No capítulo 1 será analisada a natureza do livre-arbítrio e o modo como ele e a vontade se relacionam, tentando entender como o homem se movimenta e age em direção a determinado fim e se o livre-arbítrio possui algum grau de limitação, tentando também examinar a relação entre a graça divina e o livre-arbítrio. No capítulo 2 serão investigadas algumas visões relacionadas ao livre-arbítrio, como o determinismo rígido, que considera que o livre-arbítrio é uma ilusão e que tudo está determinado minuciosamente, o compatibilismo, que é um tipo de visão determinista que tenta conciliar o determinismo com a liberdade humana, e a liberdade libertária que defende que o homem é de fato livre, não existindo nada que o force a escolher determinada coisa, sendo responsável pelas escolhas que realiza. Ao mesmo tempo a visão de Tomás de Aquino será comparada com estas visões, tentando entender se ela concorda com algumas das anteriores ou se aproxima delas, buscando compreender como Santo Tomás de Aquino vê o livre-arbítrio humano e responde perguntas como: o homem é responsável por suas ações? Ele poderia ter evitado uma ação errônea que havia cometido? Todas as ações humanas estão determinadas por alguma ordem universal que os impedem de realizar escolhas livres? Estas questões serão tratadas no capítulo 2. No terceiro e último capítulo será tratado a respeito da possibilidade de conciliar a existência de um Deus que é a causa de todas as causas e que a tudo conhece e vê (como o futuro, por exemplo) com a existência do livre-arbítrio do homem, buscando também compreender quem é de fato responsável pelo mal no mundo. Antes de o leitor adentrar no tema do livre-arbítrio, faz-se necessário que ele entenda o contexto histórico no qual São Tomás de Aquino está inserido e conhecer um pouco da vida deste grande filósofo medieval, suas influências e o método que o mesmo utilizava para resolver questões filosóficas e teológicas. Somente assim o leitor ficará um pouco familiarizado com Tomás de Aquino e terá certo vislumbre no modo como ele pensava.

Tomás de Aquino nasceu em 1224 ou 1225, seu pai se chamava Landulfo de Aquino.¹ Este possuía um castelo no reino de Nápoles perto do Monte Cassino.² O

¹OLSON, R. E. **A História da Teologia Cristã**: 2.000 anos de tradição e reformas. São Paulo: Cultura Cristã, 2001, p. 340

²BERTRAND, Russel. **História da filosofia ocidental**. Tradução de Brenno Silveira. 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967, p.162. Vol. 02

filósofo cursou o ensino primário na matriz do movimento Beneditino localizada no Mosteiro de Monte Cassino que foi fundado pelo Bento de Núrsia.³ Na Universidade de Nápoles onde passou seis anos de sua vida,⁴ teve contato com a filosofia Aristotélica, que na época estava sendo redescoberta. Ao conhecer a filosofia de Aristóteles que estava gerando uma grande controvérsia neste período, o filósofo medieval tentou durante toda a sua vida reconciliar a filosofia de Aristóteles com a revelação divina. Enquanto que Platão e o Platonismo eram considerados o paradigma da boa lógica por muitos pensadores católicos, Tomás de Aquino negava esta afirmação, e colocava no lugar de Platão, Aristóteles como o seu paradigma.⁵

Além de Aristóteles, Tomás teve outra influência em sua vida quando estava em Nápoles, que foi a Ordem dos Frades Dominicanos. Estes seguiam o pregador mendicante Domingos (1170-1221), e rapidamente tornaram a ordem um movimento de renovação religiosa, orgulhosa e popular e muitos jovens intelectuais eram atraídos pela mensagem dos Dominicanos, um deles era Santo Tomás de Aquino⁶ que acabou se tornando um dominicano e passou a ser ensinado sob a direção do aristotélico mais eminente entre os filósofos da época, Alberto Magno.⁷

A carreira magisterial de São Tomás de Aquino começa no ano de 1256. O filósofo produziu muitas obras, porém, as mais notáveis são a *Suma teológica* (uma teologia sistemática) e a *Suma contra os Gentios*, que foram desenvolvidas com o objetivo de se defender das críticas dos estudiosos islâmicos na Espanha e na África do norte. Estas duas obras são compostas de vários volumes. Ainda que fosse uma pessoa excêntrica e distraída, o filósofo acabou se tornando famoso e altamente respeitado por líderes eclesiásticos e governantes.⁸

Percebe-se que Tomás, mesmo demonstrando esta simplicidade em sua vida, possuía uma vida intelectual intensa, pois do contrário não haveria se tornado esta grande influência que é até os dias de hoje. Segundo Roger Olson, Tomás de Aquino escreveu sobre quase todo tema imaginável, sendo muito difícil, senão impossível, abordar ainda que rapidamente muitas das ideias e contribuições de Santo Tomás, pelo

³OLSON, 2001, p. 340.

⁴BERTRAND, *op. cit.*, p. 163.

⁵OLSON, *op. cit.*, p. 340-341

⁶*Ibid*, p. 341

⁷BERTRAND, *op. cit.* p. 163.

⁸OLSON, *op. cit.*, p. 342.

fato dele ser nas palavras de Roger Olson: Um verdadeiro enciclopedista.⁹ De acordo com o intelectual cristão Chesterton¹⁰, Santo Tomás de Aquino teve toda sua vida devotada a documentar não somente os sistemas completos da literatura cristã, mas também da própria literatura pagã. De maneira cuidadosa e imparcial, até mesmo a literatura dos adversários do cristianismo foi estudada por Tomás de Aquino.¹¹

Na cidade de Paris, durante os anos de 1269 a 1272, Tomás de Aquino foi testemunha das dificuldades que os dominicanos passaram com as autoridades universitárias, pois estas suspeitavam que eles fossem simpatizantes do pensamento dos averroístas, seguidores da filosofia de Averróes, que, assim como os dominicanos, também eram aristotélicos¹². Os averroístas eram um grupo poderoso na universidade que possuíam uma interpretação de Aristóteles contrária à fé católica. O motivo desta grande controvérsia era que eles diziam que a alma, enquanto é individual, não é imortal, apenas o intelecto é que possui a imortalidade, e, além disso, ele é impessoal e idêntico em diferentes seres intelectuais. Era assim que eles interpretavam Aristóteles¹³. Percebe-se que esta confusão surge porque os dominicanos também são aristotélicos gerando dentro da universidade este clima de suspeita por parte das autoridades, pois como os averroístas negavam a imortalidade da alma baseados em uma suposta interpretação de Aristóteles, os dominicanos poderiam chegar à mesma conclusão, pelo fato de serem aristotélicos.

A doutrina de Averroés era contrária a fé católica e São Tomás de Aquino sabia disso, e decidiu livrar a filosofia aristotélica desta grande confusão propagada pelos averroístas que estavam fazendo pessoas aderirem às doutrinas árabes. O filósofo medieval conhecia tanto o pensamento de Aristóteles que foi capaz de persuadir a igreja de que o sistema de Aristóteles deveria ser usado como base da filosofia cristã, ao invés do platonismo que Aquino desprezava. Também persuadiu a igreja mostrando que os averroístas haviam interpretado mal Aristóteles¹⁴.

Isto mostra que mesmo diante de tamanha controvérsia, Aquino demonstrava uma grande habilidade de persuasão que fez a própria igreja católica abandonar sua suspeita que possuía de Aristóteles e adotar o filósofo grego como base

⁹OLSON, 2001, p. 342.

¹⁰CHESTERTON, G. K. **Santo Tomás de Aquino**: Biografia. Tradução e Notas de Carlos Ancêde Nougé. São Paulo: LTr, 2003, p. 29.

¹¹*Ibid.* p. 52.

¹²BERTRAND, 1967, p. 163.

¹³*Ibid.* p. 163.

¹⁴*Ibid.* p. 163.

da filosofia cristã. E ele conseguiu isto em uma sociedade onde a filosofia de Aristóteles havia sido obscurecida por acréscimos neoplatônicos. O filósofo, então, expôs o genuíno Aristóteles que defendia e conseguiu convencer a igreja¹⁵.

Tomás de Aquino está inserido em um contexto em que a filosofia e a teologia eram inseparáveis, sendo que a primeira deveria ser serva da segunda. Os teólogos escolásticos dos séculos XIII e XIV foram aqueles que mais defenderam que as duas disciplinas eram inseparáveis, devendo eles orientar a filosofia ao dogma cristão, pois defendiam que a lógica deveria ser usada para desvendar os mistérios da fé cristã. E o filósofo vai seguir esta mesma abordagem de sua época¹⁶. Apesar de sua obra estar centrada em defender as verdades da fé cristã, Tomás de Aquino¹⁷ defendia que os homens podem chegar ao conhecimento de Deus por meio de seus efeitos manifestados neste mundo finito, isto é, realizado mediante a experiência sensorial, que permite aos homens descobrir que existe um Deus, chegando por meio de atos cognitivos a conclusão de que um ser causou estes efeitos deste mundo finito que se apresenta a eles. Não existe dentro do ser humano uma luz inata que o faz entender determinada coisa, mas apenas por meio da experiência sensorial é que esta luz é criada. Tanto o conhecimento sobre Deus como qualquer outro conhecimento somente pode começar pela experiência sensorial que fará os homens formarem conclusões racionais a respeito de Deus.

Tomás de Aquino é considerado por muitos como o teólogo e filósofo representante do pensamento católico, e ainda que nem todos os católicos concordem com todas as proposições e opiniões dos escritos de Tomás de Aquino, ele ainda assim possui grande importância não somente para a filosofia, mas também para a teologia. O próprio Papa Leão XIII colocou a teologia do filósofo como norma para a teologia católica no ano de 1879 na carta encíclica *Aeterni patris*. Mas muito antes deste ocorrido, a igreja católica já havia considerado Santo Tomás como o Doutor Angélico e canonizado o mesmo em 1323, e em 1567 recebeu o título de Doutor Universal da igreja no Concílio de Trento pelo Papa Pio V.¹⁸ Segundo Bertrand Russell, Tomás de Aquino não tem somente interesse histórico, mas é também uma influência viva maior

¹⁵ BERTRAND, 1967, p. 163

¹⁶ OLSON, 2001, p. 339-340

¹⁷ TILLICH, Paul. **História do pensamento cristão**. Tradução de Jaci Maraschin. (2 ed.). São Paulo: ASTE, 2000, p.190-191.

¹⁸ OLSON, 2001, p. 339

do que Kant e Hegel.¹⁹ No dia 7 de março de 1274, na cidade de Paris, Tomás de Aquino morre,²⁰ deixando um grande legado filosófico e teológico para a posteridade. Com tudo o que foi falado até aqui, pode-se colocar Tomás de Aquino como um filósofo completo que tratou de muitas coisas relacionadas não somente a filosofia, mas também a própria teologia.

Como o período em que Tomás de Aquino está inserido é o escolástico, a maneira pela qual ele vai defender ideias teológicas e filosóficas será tipicamente escolástico, e isto é expresso nas duas Sumas.²¹ O método escolástico defendido pelos professores da época, durante o exercício da docência, e que está presente na Suma contra os Gentios e na Suma Teológica, consistia na disputa de uma *quaestio*, que era na verdade um debate sobre determinada questão. Este tipo de método argumentativo presente nas Sumas é chamado de *reductio ad absurdum* (redução ao absurdo), muito presente na filosofia grega e que também influenciou os filósofos medievais. Este método que foi incorporado à filosofia medieval começava expondo determinada questão que era proposta em forma de pergunta, por exemplo: *Existe o livre-arbítrio no homem?*

Depois que esta proposta em forma de pergunta era apresentada, uma resposta contrária ao que se quer demonstrar era apresentada: *Parece que não*. Em outras palavras: esta resposta tinha por objetivo negar aquilo que se pretende defender, ou seja, de que existe livre-arbítrio no homem. A resposta contrária era defendida por meio de objeções, que seriam os argumentos contrários à determinada ideia que foi proposta como pergunta, neste caso a ideia em questão é a de que o homem possui livre-arbítrio. Após as objeções serem expostas, eram sugeridos alguns poucos argumentos contrários às objeções, e que eram a favor de uma resposta afirmativa à pergunta que intitula o artigo, no caso específico que está sendo tratado, deveriam defender que o homem possui livre-arbítrio.

Depois que estes argumentos contrários às objeções eram expostos, uma resposta afirmativa a pergunta era dada. Esta resposta era breve, mas outras vezes era longa, no caso específico que está sendo utilizado, deveria defender que o homem possui livre-arbítrio. Somente após esta longa ou breve resposta afirmativa, respondia-se a cada uma das objeções, ou seja, todas as objeções contrárias à afirmação de que o

¹⁹ BERTRAND, 1967, p. 162

²⁰ OLSON, *op. cit.*, p. 342.

²¹ *Ibid*, p. 343.

homem possui livre-arbítrio eram refutadas. Assim, este método era aplicado no período escolástico para defender teses teológicas ou metafísicas como Deus, alma, liberdade, etc. Para que os argumentos pró ou contra tivessem um raciocínio aparentemente verdadeiro, alguma obra de autoridade era invocada, fosse filosófica, teológica ou mesmo a própria bíblia.

O objetivo deste trabalho é focar na questão do livre-arbítrio do homem enquanto ser que habita neste plano terreno, portanto questões muito teológicas como o livre-arbítrio dos anjos ou a possibilidade dos seres humanos terem livre-arbítrio no paraíso não serão abordadas aqui. Porém, algumas vezes serão tratados problemas que de certa forma envolvem um pouco de teologia, como por exemplo, a possibilidade da presciência divina ser compatível com o livre-arbítrio humano, algo que será analisado no capítulo 3. O método que será utilizado em todo este trabalho consistirá em uma pesquisa bibliográfica que buscará entender o tema do livre-arbítrio em Tomás de Aquino.

1. O livre-arbítrio do homem

Antes de Tomás de Aquino, filósofos medievais, como Santo Agostinho, trataram a respeito dessa capacidade concedida por Deus chamada livre-arbítrio. Santo Agostinho defendeu a existência do livre-arbítrio, pela simples razão de que a crença nesta capacidade de executar ações livres somente aumentava a glória de Deus, pois ela colocava o Criador como ausente de culpa, e a responsabilidade pelas más escolhas humanas recaía sobre o próprio homem. Por isso, Santo Agostinho afirmou:

Cada um é responsável pelo que recebeu. Portanto, se o homem tivesse sido criado de tal modo que pecasse inevitavelmente, seu dever seria pecar. E ao pecar, tanto, faria o que devia, e não faria senão seguir a lei da natureza. Mas já que seria crime falar dessa maneira, segue-se que ninguém é obrigado por sua natureza a pecar. Tampouco é obrigado a ser levado por uma natureza alheia, porque ninguém peca sujeitando-se ao que não quer, por própria vontade. Com efeito, caso se sujeitar justamente a isso, seu pecado não está em que se sujeitou contra sua vontade. Mas só peca quando age voluntariamente, de maneira a dever padecer com toda justiça o que não teria querido sofrer. Pois por outro lado, se o aceitasse injustamente, como pecaria? Efetivamente, o pecado não consiste em suportar alguma coisa injustamente, mas sim em praticar algo injustamente. Posto que ninguém está forçado a pecar, nem por sua própria natureza, nem pela natureza de outro, logo só vem a pecar por sua própria vontade. (Agostinho, *De lib. arb.* III, 16, 46).

Desta maneira, não houve em Adão uma força que o compelissem a ceder à tentação de comer o fruto proibido, a responsabilidade humana é então preservada, cabendo a esta seguir a vontade do Criador ou preferir seguir aos desejos pecaminosos de sua vontade. Além do mais, de tudo aquilo que Deus criou, sejam substâncias materiais ou imateriais, nada do que surgiu das mãos dele pode ser considerado um mal, pois o sumo bem somente produz e realiza coisas boas:

Nenhuma natureza, absolutamente falando, é um mal. Esse nome não se dá senão à privação de bem. Mas, dos bens terrenos aos celestiais e dos visíveis aos invisíveis, existem alguns bens superiores a outros. E são desiguais justamente para que todos possam existir. Deus é de tal modo grande artífice no grande, que não é menor no pequeno. (Agostinho, *De civ. Dei* XI, 22).

Assim, segundo o filósofo, na criação divina existe certa hierarquia de bens, de modo que alguns bens passam a serem superiores a outros. E esta hierarquia existe

para que o universo tenha ordem, pois do contrário, haveria certa anarquia na natureza criada, por isso o mal não passa de uma corrupção:

Quem duvidará que isso a que chamamos de mal não é outra coisa que a corrupção? Certamente os distintos males podem designar-se com distintos termos, mas o mal de todas as coisas que se podem privar de algo é a corrupção [...]. Contudo, é fácil ver que a corrupção não é nada, senão enquanto destrói o estado natural das coisas, e que, portanto, ela não é natureza, senão algo contra a natureza. Logo, não se encontra nas coisas outro mal que a corrupção e a corrupção, não é uma natureza, ou nenhuma natureza é verdadeiramente o mal. (SANTO AGOSTINHO, *apud* COSTA, 2002, p. 269-270).

Assim, Santo Agostinho expressa sua ideia de mal como certa corrupção do bem, esta quebra o estado natural das coisas, e se ela assim o faz, o mal passa a ser não uma substância, mas a ausência desta, e isto pelo motivo dele não ser uma natureza, caso contrário já não seria mal, e sim bem. Por isso, segundo o filósofo medieval, todos os bens possuem sua origem em Deus, e é por meio dele que os bens inferiores ao Criador surgem:

Deus é o Bem Supremo, acima do qual não há outro: é o bem imutável e, portanto, verdadeiramente eterno e verdadeiramente imortal. Todos os outros bens provêm d'Ele, mas não são da mesma natureza que Ele. [...] qualquer que seja o seu grau na escala das coisas, não pode proceder senão de Deus. (AGOSTINHO, *De Nat. Boni 1*).

Percebe-se na filosofia deste antecessor de Santo Tomás de Aquino, um esforço para responsabilizar o homem por suas próprias escolhas, sendo a má utilização de sua vontade a causa do mal moral que ocorre no mundo. Se utilizando de elementos tanto teológicos como filosóficos, o filósofo coloca como causa dos atos imorais dos homens a vontade humana, mas somente quando esta não está em harmonia com a natureza:

Logo, é a vontade desregrada a causa de todos os males. Se essa vontade estivesse em harmonia com a natureza, certamente esta a salvaguardaria e não lhe seria nociva. Por conseguinte, não seria desregrada. De onde se segue que a raiz de todos os males não está na natureza. E isso basta, por enquanto, para refutarmos todos aqueles que pretendem responsabilizar a natureza dos seres pelos pecados. (AGOSTINHO, *De lib. arb.* III, 17, 48).

De modo bem enfático, Agostinho defende que não se pode responsabilizar a natureza dos seres pelos erros que estes praticam, pois não há força irresistível dentro deles que os levem a pecar de modo necessário, mas é a conformidade da vontade humana com a desordem que faz os seres humanos agir em desacordo com aquilo que é

considerado bom. Desta maneira, na medida em que os homens preferem usar suas vontades para realizar atos imorais, os mesmos é que são os únicos culpados por suas ações, como foi bem demonstrado por Santo Agostinho.

De acordo com Costa²², Agostinho defendia que para que o homem possa fazer o bem ou o mal é necessário que ele seja livre. Entretanto, ser livre não implica em afirmar que o pecado seja condição para a existência do livre-arbítrio, e isto pelo simples motivo teológico de que os anjos assim como os homens também são possuidores de uma vontade livre, porém os mesmos não pecam, mas decidiram apenas fazer o bem. Assim, o homem pelo uso de seu livre-arbítrio pode não pecar, se assim quiser.

A filosofia de Santo Agostinho é muito mais abrangente daquilo que foi exposto aqui, isto foi apenas uma breve visão do pensamento deste filósofo da idade média, e Santo Tomás de Aquino muito influenciado pela filosofia de seu antecessor, também desenvolverá uma visão a respeito do livre-arbítrio.

1.1. O livre-arbítrio do homem segundo Tomás de Aquino

Tomás de Aquino²³ vai defender que o homem de modo necessário é livre em seu arbítrio. O filósofo, como era cristão, acreditava que a existência do livre-arbítrio implicava em responsabilidade humana, pois é por causa dele que o ser humano recebe os méritos ou deméritos, a justa pena ou os prêmios por suas escolhas. Tomás defende que existem indícios, que claramente mostram que os seres humanos possuem esta capacidade de eleger livremente uma coisa e recusar outra. Mas para chegar a esta conclusão, o filósofo medieval vai tentar demonstrar certas diferenças de movimento em algumas coisas, para que desta forma chegue-se a compreensão do que seja um ser que possui livre-arbítrio, demonstrando também aqueles que não o possuem. Tomás defende que algumas coisas possuem o princípio de seu movimento em si mesmo. Já outras são movimentadas por um princípio que está fora delas, por exemplo, aquelas coisas que são movidas por violência. Estas são apenas passivas, pois não têm forças em seu próprio movimento, mas são movidas por outra coisa.

²² COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O Problema do Mal na Polêmica Antimaniqueia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: EDIPUCRS; Recife: UNICAP, 2002, p. 313

²³ TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 24, a. 1. Para as citações da questão 24 do *De veritate*, cujo tema é o livre-arbítrio, utilizaremos a seguinte tradução: TOMÁS DE AQUINO. *O livre-arbítrio: Quaestiones disputatae De veritate*: questão 24. Tradução, edição e notas Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: EDIPRO, 2015. Doravante: *De ver.*

De certa forma, quando o homem olha para a natureza, é perceptível que certas coisas somente são movidas pela intervenção de outro corpo externo. Uma pedra, por exemplo, somente pode ser jogada no lago pela intervenção de alguém, pois as pedras não possuem nenhuma cooperação em seu movimento, apenas fazem a vontade do seu jogador, que deseja ver a pedra sendo atirada ou jogada no lago, ou seja, ela é movida por violência, e não por liberdade de arbítrio.

Por isso, Tomás de Aquino²⁴ defende que os corpos pesados e leves não são movidos em si, pela simples razão de que no caso deles não há como distinguir duas partes, a saber: uma parte que move e outra que é movida, porque de modo diverso dos animais que possuem neles algum princípio ou forma que permite o movimento dos mesmos, os corpos pesados estão isentos deste princípio presente nos animais, onde o corpo é movido em si mesmo.

E isso é perceptível nas pedras que podem mover-se somente pela intervenção de outro corpo, objeto ou força que a empurra, realizando assim o movimento da pedra, porém esta não se moveu em si, pois dentro dela não existe nenhuma forma que faça a mesma se mover para um lado ou para outro, mas somente executa movimento pela ação de um agente externo, ou seja, os corpos pesados não são a causa de seu movimento. No livro *O Apetite do Bem e a vontade*, Paulo Faitanin e Bernardo Veiga mostram que objetos, como as pedras, somente possuem aquilo que foi chamado por Tomás de Aquino de apetite natural:

O apetite natural é a inclinação da coisa para o seu fim natural, estabelecido pelo próprio autor dessa natureza, que ocorre tanto na natureza mineral, como na vegetal e animal, incluindo a racional. A pedra, por exemplo, tem inerente à sua natureza corpórea um princípio, a gravidade, que a faz inclinar para o que lhe é natural, de modo que, se for lançada em movimento contrário a esse princípio, a saber, para cima, ela retornará ao movimento que lhe inclina tal princípio, ou seja, para baixo.²⁵

Mas Tomás de Aquino²⁶ vai continuar o seu raciocínio falando a respeito do movimento dos animais. Estes possuem aquilo que o filósofo chama de similitude de razão, ou seja, são capazes de perceberem certas coisas por meio de uma prudência

²⁴ TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 24, a. 1

²⁵ FAITANIN, P.; VEIGA, B. *In: TOMÁS DE AQUINO, De ver.* q. 22. p.22. Para as citações da questão 22 do *De veritate*, cujo tema é o apetite do bem e a vontade, utilizaremos a seguinte tradução: TOMÁS DE AQUINO. *O apetite do bem e a vontade: Quaestiones disputatae De veritate*: questão 22. Tradução, edição e notas Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: EDIPRO, 2015. Doravante: *De ver.*

²⁶ TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 24, a. 2

natural, que permite aos mesmos um juízo ordenado sobre algumas coisas. Quando eles julgam, não julgam por comparação como os seres humanos fazem, mas sim pela estimativa natural, ignorando desta maneira a razão do seu juízo. E de acordo com o Aquinate, o juízo dos animais não é estendido a todas as coisas como acontece com aqueles que julgam mediante a razão, mas o juízo deles é limitado a certa coisa determinada.

Desta forma, os animais são desprovidos desta capacidade reflexiva existente no gênero humano, mas realizam suas ações por estimativa natural, percebendo instintivamente algo nos objetos sensíveis, realizando o seu julgamento de acordo com o seu instinto, e não por uma capacidade racional.

Segundo Tomás de Aquino,²⁷ os animais são inclinados a agir ou não agir pela influência de determinada coisa que lhes manda alguma sensação que permite a eles realizarem certo movimento. De modo que, a liberdade deles está condicionada as coisas que veem e também por suas paixões, que geram um movimento específico no animal fazendo o mesmo agir de determinada maneira. Todavia, o seu movimento não é ocasionado por uma reflexão racional, mas simplesmente por aquilo que observam e sentem. Tanto o juízo, o apetite, como também suas ações se determinam para certa coisa. Os movimentos dos animais ocorrem por aquilo que veem, e agem de acordo com as suas paixões, seu julgamento desta forma é realizado pela sua visão de determinada coisa e também por suas paixões, julgando de modo natural. Quando por exemplo, a ovelha vê que diante dela está um lobo, de modo natural tem a necessidade de ter medo do predador e a fugir; o cão, na medida em que vê algo que lhe provoca ira, esta paixão o faz ladrar e ferir aquilo que se apresenta ao mesmo. Uma diferença básica entre os animais e os homens, é que os primeiros de modo necessário são movidos por aquilo que observam e pelas paixões, já os segundos não agem de maneira necessária como os animais no que tange a sofrer influência de determinada coisa. No livro *O Apetite do bem e a vontade*, Paulo Faitanin e Bernardo Veiga explicam a noção tomista de apetite sensitivo que existe nos animais:

O apetite sensitivo é próprio da natureza animada que possui sentidos, cuja inclinação é regida pelo princípio natural de apetecer o sensível apreendido por cada órgão dos sentidos. O lobo, por exemplo, ao sentir o cheiro da ovelha, inclina sua visão para vê-la e aguçá todas as

²⁷ TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 24, a. 2

demais potências sensitivas para alcançar o que apetece com o uso dos sentidos²⁸.

Assim sendo, é por meio desta experiência sensível e de suas paixões que os animais se movem e não pelo uso da razão, pelo simples fato dos animais serem desprovidos dela. As coisas, de certa maneira, passam alguma informação para os sentidos dos animais que permite aos mesmos instintivamente ceder a elas ou fugir, caso alguma delas se apresente como ameaçadora. Já os homens, pelo fato de serem racionais, quando observam um predador diante deles, têm a opção de fugir, porém, podem caçar o predador se assim optarem, ou seja, o homem pode realizar ações de caráter contingente.

Para Tomás de Aquino²⁹, o movimento dos animais em relação à determinada coisa é voluntário. Todavia, esta voluntariedade não está associada à vontade, mas a certa oposição àquilo que é violento. Na perspectiva tomista a voluntariedade dos animais se refere à capacidade dos mesmos em fazer algo por meio de sua espontaneidade, mas não pelo uso de livre-eleição.

Como foi demonstrado, os objetos inanimados e os animais irracionais são desprovidos de uma vontade livre, pois os primeiros somente possuem um apetite natural que os inclinam para aquilo que lhe foi determinado por uma intervenção externa, e os segundos apenas agem segundo um apetite sensível, ou seja, são movidos pelos sentidos e por suas paixões. Porém, Tomás vai colocar o homem de maneira muito diversa dos outros seres ou coisas, no que tange ao livre-arbítrio.

De acordo com Tomás de Aquino,³⁰ o livre-arbítrio humano não se inclina naturalmente para as coisas, pois isso o tornaria um hábito natural. A felicidade, por exemplo, é colocada pelo filósofo medieval como algo que o ser humano se inclina naturalmente, porém, o homem não tem a opção de não buscar a felicidade, logo isso não pode estar associado ao livre-arbítrio humano, mas sim a um desejo ou hábito natural que tem por finalidade se inclinar a felicidade, esta que todo o ser humano deseja. Da mesma maneira, Santo Tomás também afirma que o livre-arbítrio não é um hábito adquirido, ou seja, não é algo em que determinado momento o sujeito passou a ter a partir do momento que ele passou a se comportar de certa maneira. Na ótica de Tomás de Aquino, os hábitos estão relacionados às nossas disposições boas ou más no

²⁸FAITANIN, P.; VEIGA, B. *In: TOMÁS DE AQUINO, De ver.* q. 22. p.22-23.

²⁹ TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 24, a. 2

³⁰ TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 83, a. 2.

que tange as nossas paixões e aos nossos atos. E o filósofo usa alguns exemplos para descrever o que são os hábitos: Quando o ser humano age de acordo e em conformidade com a temperança, ele está bem em relação à concupiscência, porém, se o sujeito andasse de acordo com a intemperança estaria mal em relação à concupiscência; da mesma forma, quando o indivíduo se pauta pela ciência, ele está agindo bem em relação ao seu intelecto, pois desta maneira ele pode conhecer a verdade, mas, se agisse de modo contrário não poderia ter um bom resultado, ou seja, possuiria um hábito contrário a verdade, e, portanto, teria uma disposição má em relação a ela. Já o livre-arbítrio é colocado pelo filósofo medieval como uma potência, pelo simples motivo dele possuir certa indiferença no que tange a escolher bem ou mal.

Assim, seguindo o raciocínio do filósofo, aqueles desejos que todo homem busca constantemente, como por exemplo, a felicidade, algo que a natureza humana clama por ela e de modo natural, não implica dizer que o agente que deseja determinada coisa esteja executando naquele momento o livre-arbítrio, pois o indivíduo não pode abster-se desses desejos naturais, mas simplesmente age em conformidade com eles. Um hábito natural não possui caráter de contingência, mas de necessidade. E da mesma maneira, ele também não é um hábito adquirido, pois isso implicaria dizer que houve um tempo em que o sujeito estava desprovido do hábito, ou seja, sem o livre-arbítrio, o que seria algo estranho. O livre-arbítrio poderia ser descrito como algo que não está pautado a seguir determinado padrão de comportamento, pois o mesmo não se encontra submisso nem a uma coisa e nem a outra, podendo se mover desta forma a diferentes direções, por causa de seu caráter contingente. Pois se ele agisse apenas em conformidade com certa virtude ou vício, ele perderia a sua essência deliberativa e reflexiva, se tornando desta maneira um hábito.

Na ótica de Tomás de Aquino³¹, o que torna os seres humanos livres é a capacidade de aceitar determinada coisa e conseqüentemente rejeitar outra. Desta maneira, a natureza do livre-arbítrio humano é analisada pelo próprio ato de escolha que os seres humanos realizam. O filósofo medieval vai afirmar que o processo de escolha humana é realizado por duas potências: a potência cognoscitiva e a apetitiva. O ato de julgar se determinada coisa deve ser preferida faz parte da potência cognoscitiva, e na medida em que ela julga, cabe à potência apetitiva desejar aquilo que a potência cognoscitiva julgou, podendo então desejar o que foi julgado pelo conselho da razão. O

³¹ TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 83, a.3.

objeto próprio da escolha humana é o bem, aquilo que parecer útil para ela poderá ser escolhido como bem. E o apetite dos seres humanos quer o bem, e pelo fato dele ser desejável aos homens, porque o apetite assim o pede, Tomás de Aquino coloca o livre-arbítrio como uma potência apetitiva, e as escolhas procedem desta potência.

Assim, a potência apetitiva chamada livre-arbítrio trabalha em conjunto com a cognoscitiva, esta tem a tarefa de julgar as coisas, para saber se elas devem ser preferidas. E a tarefa humana é apenas aceitar por meio da potência apetitiva aquilo que foi julgado pelo intelecto.

De acordo com Tomás de Aquino³², a vontade tende para o bem. E o objeto pelo qual ela é atraída, somente é desejado sob a razão de bem. Porém, a vontade não possui em si mesma uma determinação a um único bem, pelo simples fato de que há uma diversidade de bens que cabe a mesma tender. Porém, Tomás de Aquino adverte que a vontade deseja o bem universal e perfeito, por isso ela não está subordinada de maneira absoluta a um bem particular, pois o que a mesma anseia é este bem universal.

O filósofo medieval defende que o desejo do bem que a vontade manifesta, de nenhuma maneira força a mesma a desejar um único bem, e isto porque existem tantos bens diante da vontade, que ela pode desejar ou seguir diferentes bens. Desta maneira, torna-se perceptível que naturalmente o homem deseja o bem, todavia ele não deseja determinado bem particular de modo necessário, porque a vontade possui nela mesma uma característica de expressão contingente, podendo escolher ou não determinado bem particular. A vontade, como foi bem expresso, pelo filósofo medieval, possui nela mesma uma referência ao bem universal e perfeito, por isso nenhum bem particular irá satisfazer a mesma de maneira absoluta, mas somente aquilo que a preencher por completo, ou seja, o bem universal e perfeito.

De acordo com Santo Tomás de Aquino³³, quando a vontade está longe dos bens que guiam a mesma ao bem universal e perfeito, que neste caso é o próprio Deus, ela não adere de modo necessário nem a Ele e nem as coisas que são dele. Por isso Tomás afirma que existem bens particulares que não possuem qualquer relação com aquilo que é chamado de bem-aventurança que somente pode ser encontrada em Deus, esses bens podem ser negados pela vontade. Em contrapartida, existem bens que são meios para alcançar a bem-aventurança, e estes uma vez aderidos pela vontade formará certa conexão com o próprio Deus. Este, quando for visto em sua essência, será aderido

³² TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 82, a. 2.

³³ TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q.82, a. 2.

necessariamente, pela simples razão de que Ele é o bem universal e perfeito que a vontade finalmente encontrou.

Porém, a seguinte pergunta pode surgir na mente humana: Se a vontade quer o bem, porque o ser humano tem a tendência de escolher o mal? Pois não é perceptível que os homens se inclinam ao mal? Então como pode a vontade desejar o bem sempre?

No pensamento de Santo Tomás de Aquino³⁴, por meio da vontade os homens podem desejar o mal caso este seja tomado sobre razão de bem, mas isso ocorre quando eles operam contra a razão. Neste sentido, o mal é desejado por acidente, e isto pela simples razão de que o ser humano buscando aquilo que é bom e deleitável para os seus sentidos, como por exemplo, a fornicação, acaba errando em sua razão, tomando a fornicação como um bem, bem este que irá satisfazer seus prazeres. Todavia, irá trazer corrupção para sua alma. Por isso, ainda que certas coisas agradem aos sentidos humanos fazendo-o deleitar e ter boas sensações, serão apenas aparência de bem, ou seja, elas serão desejadas acidentalmente.

Pode-se considerar a vontade como um homem cego de nascença, que deseja encontrar o remédio perfeito que lhe cure da cegueira. Todavia, até encontrar este remédio, o cego terá que provar diferentes remédios particulares que talvez possam ajudar o mesmo a enxergar. Alguns remédios poderão melhorar sua visão, outros talvez piores, mas o cego continuará em sua busca, aceitando ou rejeitando os remédios que parecerem ou não úteis para sua vida. Porém, uma vez encontrado o remédio ideal e perfeito, o homem não pensará duas vezes, e finalmente terá se curado. Qualquer remédio que não melhorou a visão do cego são os bens particulares que a vontade pode ou não aderir, pois eles não farão diferença alguma na vida do indivíduo. Já os que melhoraram a visão do cego, são aqueles que possuem forte aproximação com o remédio ideal e perfeito. Este pode ser visto como a representação do bem universal que a vontade tanto deseja e que fez o cego olhar com perfeição.

Quando Tomás de Aquino fala de vontade³⁵, deve-se ter em mente que ela tem como objeto de seu desejo o fim, que na ótica do filósofo é desejado por si mesmo. Porém, antes de eleger algo como fim, caberá ao livre-arbítrio desejar as coisas que guiem ao fim, pois ele é a potência de escolha que deseja uma coisa como meio para conseguir outra. Por isso a vontade não somente quer o fim, mas também deseja

³⁴ TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 22, a. 1.

³⁵ TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 83, a. 4.

escolher as coisas que vão conduzindo-a até ele. Por isso, o filósofo medieval define a vontade e o livre-arbítrio como uma única potência.

Desse modo, o livre-arbítrio pode ser considerado como uma expressão da vontade que deseja escolher os caminhos que levem ao fim, que nada mais é que o bem que é desejado pela mesma. Todavia, para que a vontade repouse neste bem, ela terá que fazer uso do livre-arbítrio para poder se guiar, escolhendo as coisas que ela considerar mais adequadas para atingi-lo.

Tomás de Aquino³⁶ afirma que embora o livre-arbítrio seja a vontade, isto não implica em afirmar que a mesma seja nomeada de maneira absoluta pelo nome “livre-arbítrio”, pois este é apenas um ato da vontade, que nada mais é que um ato de eleição.

De acordo com Tomás de Aquino³⁷, tanto o livre-arbítrio como a razão caminham juntos, e a razão de modo imediato é acompanhada pelo livre-arbítrio. No ato de julgar determinada coisa, existe uma precedência da razão e do conselho. Primeiramente a razão determina o conselho, para que o mesmo aceite aquilo que ela racionalizou, e logo em seguida cabe ao apetite aceitar aquilo que foi julgado pelo conselho. E se o apetite deseja determinada coisa que foi julgada, pode-se dizer que a escolha pode ser considerada como certo julgamento. E este é o que Tomás chama de livre-arbítrio. Santo Tomás de Aquino expressa o apetite humano como algo que se assemelha a potência cognoscitiva, pelo simples fato desta ter a capacidade de comparar as coisas que estão diante dela, e o apetite também realiza uma ação semelhante, quando o mesmo prefere uma coisa na medida em que rejeita outra, apresentando desta maneira certa semelhança com o ato de comparação realizado pela potência cognoscitiva.

Assim, a escolha é um julgamento pelo simples fato dela poder aderir àquilo que foi julgado pelo conselho, na medida em que este é movido pela razão. O livre-arbítrio passa a ser além de uma potência apetitiva, um julgamento que aceita aquilo que o conselho julgou. Desta maneira, percebe-se que o livre-arbítrio é dependente da razão, pois esta precisa ser consultada pelo sujeito para que o mesmo possa ter pelo menos um vislumbre daquilo que ele deve escolher. E por causa desta atmosfera racional que permeia a vontade humana, Tomás defende que os homens possuem um apetite racional. No livro *O apetite do bem e a vontade*, o apetite racional é expresso da seguinte forma:

³⁶ TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 24, a. 6

³⁷ TOMÁS DE AQUINO, *S. Th. I*, q.83, a.3.

O apetite racional é próprio só do homem, sua inclinação procede do conhecimento racional e produz um apetite superior na alma, denominado potência apetitiva racional, conhecida como vontade, que se inclina para o bem da sua natureza. Por ser livre ela escolhe ou não o que lhe propõe como bem a razão, os sentidos e os objetos nas múltiplas circunstâncias que a envolve³⁸.

Deste modo, ainda que o intelecto humano proponha a vontade algo como bem, sempre caberá à mesma ceder ou não aquilo que foi proposto para ela. Assim, a vontade humana possui esta característica de livre eleição, não sendo forçada no ato de escolha a seguir determinada paixão ou objeto atrativo. Por isso, o livre-arbítrio do homem é capaz de refrear os impulsos humanos, mesmo diante de circunstâncias que trabalham para atrair o mesmo para determinado caminho. Desta forma, o filósofo medieval dará ao apetite humano a capacidade dele rejeitar um bem ao mesmo tempo em que elege outro, e é este elemento incluso no apetite que o assemelha com a parte racional do ser humano, na medida em que ela tem a característica de comparar as coisas. Todavia, o apetite humano apenas apresenta certa semelhança com a potência cognoscitiva, como foi demonstrado pelo filósofo.

1.2. A graça, o livre-arbítrio e o bem

A graça divina na história da filosofia medieval sempre foi um dos pontos importantes tanto no período conhecido como patrística, como também no escolástico, pela simples razão dela está ligada a salvação humana, ou seja, a ação divina na redenção dos pecadores. Como na idade média Deus é o centro do universo, os filósofos medievais desenvolveram uma estrutura de pensamento que tentava glorificar a graça de Deus ao mesmo tempo em que equilibravam a relação entre esta iluminação divina e o livre-arbítrio humano, preservando desta forma a glorificação do Criador e a responsabilidade humana em relação as suas escolhas. E Santo Tomás de Aquino vai seguir este mesmo caminho. Tomás de Aquino vai desenvolver todo um pensamento que vai discernir e definir os limites de expressão e de execução do livre-arbítrio humano sem a assistência de uma iluminação divina, mas também vai afirmar a necessidade da graça naquilo que o indivíduo de maneira autônoma é incapaz de realizar. No que tange a possibilidade do ser humano se dirigir ao bem sem a graça de

³⁸ FAITANIN, P.; VEIGA, B. *In*: TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 22. p. 23.

Deus, o filósofo medieval demonstrará certa prudência ao afirmar se o homem pode ou não encaminhar-se ao bem sem qualquer iluminação prévia de Deus.

Segundo Tomás de Aquino³⁹, há dois tipos de bem. A primeira noção de bem diz respeito a um amor natural que existe em cada ser humano de realizar ações consideradas boas, por exemplo, o ato de dar esmolas. Este tipo de bem poder ser considerado um bem que a princípio não necessita de uma iluminação divina para ter a ação de bondade concretizada, ou seja, é algo que qualquer ser humano, dentro da proporção de sua natureza, é capaz de realizar. Todavia, quando o homem age por caridade, esta o coloca em uma posição que está acima das capacidades naturais humanas, iluminando-o e o capacitando a agir de acordo com a vontade de Deus, que é perfeita e amorosa.

Assim, Tomás vai tentar expressar uma capacidade imanente em cada ser humano de realizar ações consideradas bondosas de acordo com certo limite de forças que existem no ser humano, e outra capacidade de caráter transcendente que é infundida no homem para que o mesmo possa executar atos bons e justos que ultrapassam aquelas simples ações benignas que o resto da humanidade realiza, isto é, o que o filósofo chama de caridade. Por isso, em relação a este bem que somente é alcançado mediante a graça divina, Paulo Faitanin e Bernardo Veiga afirmam o seguinte:

Contudo, o bem que transcende à natureza do livre-arbítrio e mesmo às forças da natureza da alma racional, o bem difícil de conseguir, o homem, só pelo livre-arbítrio, não o pode fazer; e é justamente com o auxílio da graça que ele se torna capaz de alcançar e que o permite ser forte e constante para fazer, pois com a graça o homem torna-se forte para buscar fazer aquele bem que é muito difícil de alcançar e que muito o atrai, e forte para evitar o mal que é muito fácil de eleger e que muito o atrai.⁴⁰

Desta forma, o livre-arbítrio a princípio está em um estado de natureza onde necessita de forças para conseguir alcançar o bem transcendente, este somente pode ser alcançado após a iluminação divina. Assim, Faitanin e Veiga afirmam que a graça na concepção tomista se torna necessária até mesmo para fortalecer os homens e tornarem aptos para resistir ao mal, e sem ela os mesmos terão uma facilidade maior para ceder a tudo aquilo que é contrário ao bem.

³⁹ TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 24, a. 14

⁴⁰ FAITANIN, P.; VEIGA, B. *In*: TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 24, p. 35

De acordo com Tomás de Aquino⁴¹, a graça torna o seu beneficiário apto a realizar o bem que está acima da natureza humana e que o faz merecer a vida eterna, salvando desta maneira a sua alma. Qualquer bem que se encontra abaixo deste bem que está relacionado à caridade, pode ser realizado por uma operação natural, ou seja, pode ser executado sem a iluminação prévia da graça. Entre estes bens, podemos descrever o ato de cultivar os campos, de edificar casas, e realizar outros bens semelhantes. Entretanto, apesar do ser humano exercer alguns atos bons sem a luz da graça, o mesmo não poderia realizar qualquer movimento, se antes Deus não concedesse a ele esta capacidade de operar atos voluntários e naturais. O livre-arbítrio dos homens não é fruto do acaso, mas foi concedido pelo poder divino para que os homens se tornassem capazes de agir voluntariamente e naturalmente.

Desta maneira, Tomás de Aquino pode ser considerado um teólogo da graça por sua constante afirmação na iluminação divina na vida dos homens manchados pelo pecado original. Por isso, o filósofo escolástico é forte em sua filosofia: os homens somente podem realizar alguns bens naturais sem a iluminação da graça divina, mas o bem transcendente, que é a caridade, somente pode ser alcançado pela assistência da graça divina. Mas mesmo sem a caridade, os homens podem realizar qualquer bem, porque tiveram o poder de escolha concedido pelo próprio Deus.

O estado defeituoso da natureza humana levou Santo Tomás de Aquino⁴² a afirmar que os homens somente podem ter o livre-arbítrio confirmado no bem apenas pelo aperfeiçoamento da graça de Deus. Pois, a natureza humana não pode conhecer o bem perfeito e absoluto, e isto por causa do estado obscurecido em que ela se encontra, conhecendo apenas o bem particular. Porém, quando o ser humano é assistido pela graça divina, ele pode por meio de seu livre-arbítrio se unir ao bem absoluto e perfeito, que neste caso é o próprio Deus. Somente a graça pode remover de maneira perfeita os defeitos da natureza humana, fazendo o indivíduo ter o seu livre-arbítrio confirmado no bem, mas somente os bem-aventurados conseguirão este feito.

Deste modo, Tomás de Aquino é claro, somente pode haver confirmação no Bem, ou seja, preservação constante na prática do bem, se o livre-arbítrio humano estiver ligado à graça divina, caso contrário, ele terá sempre uma grande tendência a cair

⁴¹ TOMÁS DE AQUINO. *De ver.* q. 24, a. 14

⁴² TOMÁS DE AQUINO. *De ver.* q. 24, a. 8

no erro. Por isso, no livro *O livre-arbítrio*, Paulo Faitanin e Bernardo Veiga dizem o seguinte:

Deste modo, embora por si mesmo o livre-arbítrio não possa ser confirmado no bem, ele pode receber auxílio divino, a saber, a graça, pela qual o livre-arbítrio pode ser confirmado no bem, senão não poderíamos crer na santidade de homens que, como nós, com as mesmas fraquezas nas escolhas, fossem confirmados no bem⁴³.

Percebe-se uma forte ênfase na filosofia tomista em querer preservar certa característica presente nos homens iluminados pela graça, que é a questão da santidade. Pois sem a graça não haveria a possibilidade dos cristãos acreditarem na capacidade dos homens terem uma vida de constante santidade, pois na ótica católica, os santos tiveram suas fraquezas, mas preferiram por meio de uma iluminação divina resistir aos impulsos de sua natureza fraca e débil, tendo desta maneira uma maior ligação para com Deus.

Tomás de Aquino⁴⁴ dá tanto enfoque na doutrina da graça divina, que chega a afirmar que por meio dela o homem pode viver sem pecar. Com isto, Santo Tomás não está dizendo que o homem se torna incapaz de pecar, mas que a iluminação divina na razão humana possibilita que o mesmo oriente-se cada vez mais e com um amor mais profundo em direção a Deus. Desta forma, sua vontade capacitada pela graça age com força suficiente para se manter em perfeita harmonia com Deus, e em consequência acaba afastando-se do pecado, e por meio desta constante persistência no bem, fica muito difícil o homem pecar. A confirmação do livre-arbítrio no bem somente é ocasionada pela ação da Divina Providência, que possibilita que os homens iluminados pela graça possam resistir às influências do pecado, que passa a ser resistido e evitado.

⁴³FAITANIN, P.; VEIGA, B. *In*: TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 24, p. 30.

⁴⁴TOMÁS DE AQUINO. *De ver.* q. 24, a. 9

2 Determinismo rígido, determinismo suave ou libertarianismo?

Vários são os conceitos relacionados ao livre-arbítrio. É difícil achar uma resposta concreta para este conceito. Alguns geralmente dizem que liberdade de escolha é fazer o que bem entender, sem a interferência de alguém; outros dizem que ela existe de forma limitada ou que somente é possível seguir aquilo que seus desejos determinam. Enfim, são muitas concepções que tratam deste problema filosófico. Antes de fornecer qual é a perspectiva de Tomás de Aquino sobre o livre-arbítrio, três concepções que tratam do livre-arbítrio, serão exploradas, sendo elas, o determinismo rígido, o determinismo suave (compatibilismo) e a liberdade libertária. O primeiro a ser explorado será o determinismo rígido. Mas, antes de entender o que seja a ideia de determinismo rígido e suave (compatibilismo), é necessário definir o que é este conceito chamado de determinismo. No livro “Por que não sou Calvinista” dos escritores Jerry L.Walls e Joseph R. Dongell, o determinismo é definido da seguinte forma:

Determinismo, colocado de maneira simples, é a visão de que todo evento deve ter acontecido exatamente como aconteceu em razão de condições prévias. Dados esses eventos e circunstâncias anteriores, o evento não poderia ter acontecido de qualquer outra forma. Na linguagem filosófica, esses eventos e circunstâncias anteriores representam uma condição suficiente para que o evento aconteça. Quando tal condição está presente, o evento deve acontecer exatamente como ele acontece.”⁴⁵

Para Jerry L.Walls e Joseph R. Dongell⁴⁶ é necessário distinguir o que seja uma condição suficiente de uma condição necessária. Os autores usam o seguinte exemplo: um fósforo somente pode ser aceso se houver a presença de oxigênio, neste caso a causa necessária para que o fósforo seja aceso é a presença de oxigênio que permite que ele acenda, todavia, ainda que o oxigênio esteja presente, de nenhuma forma isto implica em afirmar que o fósforo necessariamente será aceso, pois os vários fósforos que existem dentro de uma caixa pode estar molhados, dificultando que os mesmos sejam acesos. Mas, e se todos eles estiverem secos e houver a presença de oxigênio? Neste caso isto será condição suficiente para que ele seja aceso, pois uma vez que todas essas circunstâncias estão presentes os fósforos devem ser acesos, pela

⁴⁵ WALLS, Jerry L; JOSEPH, Dongell R. **Por que não sou calvinista**. São Paulo: Reflexão, 2014, p. 93.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 93-94.

simples razão de existir uma necessidade causal que faz com que o fósforo seja aceso de modo necessário.

Assim, condição necessária é aquilo que é fundamental para a concretização de algo. Todavia, esta condição necessária apenas torna possível que algo se realize desde que existam outros fatores que contribuam para que a mesma possa atuar com perfeição. Já uma condição suficiente é aquilo que está relacionado a certas circunstâncias que não somente torna possível que algo aconteça, mas que de fato faz com que determinado acontecimento surja de modo necessário sem a possibilidade de surgir algo diferente daquilo que as circunstâncias determinaram. Depois de esmiuçar o conceito de determinismo, fica mais fácil entender o que seja o conceito de determinismo rígido.

Jerry L. Walls e Joseph R. Dongell⁴⁷ usarão o seguinte exemplo para explicar o que seja o determinismo rígido: um adolescente, chamado Jonny decide junto com seus amigos Steven e Adam, se envolver em algumas infrações de menor potencial ofensivo de vandalismo. Na medida em que os jovens realizam esses pequenos atos de vandalismo durante a noite, um leque de emoções é experimentado pelos mesmos. Ao mesmo tempo em que gostam de fazer aquilo pelo simples motivo de provocar neles certa adrenalina proporcionada pelo elemento do risco e do segredo, os jovens também percebem que aquilo que estão fazendo é errado, e têm certo sentimento de culpa unido com a sensação de medo de serem punidos, pois eles podem ser descobertos, e preferem evitar esta consequência. Os adolescentes começam a avaliar os seus pensamentos e sentimentos, todavia, aquele ato de vandalismo provoca neles certa emoção e excitação, estas superam sua noção de culpa e prudência. E em uma próxima noite, mesmo diante desta série de emoções e sensações e tendo certas reservas em relação à polícia, pois os jovens têm medo de serem pegos pela mesma, eles acabam chegando à conclusão de que vão cometer o ato de vandalismo, pois eles assim concordaram mesmo sabendo das consequências. Ainda que tenham certas reservas antes de executar o crime, os jovens decidem de uma vez por todas roubar emblemas de vários carros. Porém, a avaliação que fizeram antes de cometer o crime foi errada, pois a polícia estava atrás deles, e acabaram sendo presos e levados para a delegacia para serem interrogados.

Como o determinista rígido enxerga isso? Segundo Jerry L. Walls e Joseph R. Dongell⁴⁸, o determinista rígido defende que o ser humano tem a sensação de que é

⁴⁷WALLS; JOSEPH., 2014, p. 95-96.

⁴⁸WALLS; JOSEPH, 2014, p. 96-97.

livre, possui um sentimento subjetivo de liberdade, todavia, não acreditam que o homem é livre. Desta forma, Jonny e seus amigos realmente tiveram uma série de sentimentos e pensamentos, sentiram também que poderiam ter escolhido não danificar os carros de terceiros. Porém, ainda que os jovens tivessem esta noção de liberdade, que dava a eles a ideia de que possuíam o poder de escolha em suas mãos, tudo não passava de ilusão. Na verdade antes dos adolescentes nascerem, tudo o que eles sentiriam e escolheriam estava determinado por fatores anteriores. Desta maneira, tudo deveria necessariamente acontecer, e não poderia surgir algo diferente do que aconteceu, pois uma vez que algo no passado foi acionado as outras peças da história começam a se desenrolar de modo determinado. O que existe nos jovens é apenas o sentimento de liberdade, mas não uma liberdade real. Antes dos jovens cometerem o ato de vandalismo, não haveria possibilidade de realizarem um ato contrário aquilo que eles sabiam que era errado. E como tudo está determinado, o delegado punirá os adolescentes, mesmo que ele não possua nenhuma base racional para acusar os delinquentes, pois para o determinista rígido, ninguém é livre ou responsável por suas ações, pois até mesmo o pensamento dos indivíduos está determinado, por isso o delegado pune os adolescentes, todavia, ele não é livre para não punir os jovens, mas está determinado a fazer uma única ação naquele momento, que é punir os adolescentes. Os jovens não podiam escolher não roubar as insígnias dos carros, pois de acordo com Jerry L. Walls e Joseph R. Dongell “suas ações são parte de uma cadeia causal que remonta indefinidamente ao passado, e que procede ininterruptamente para o futuro”⁴⁹. Tudo isso ocorre porque os deterministas rígidos acreditam no princípio de causalidade universal:

Primeiro, a suposição essencial do determinismo rígido é o princípio de causalidade universal: cada evento tem uma causa suficiente e é parte de uma cadeia causal inquebrável, com uma história bastante longa (talvez infinita). Segundo, o determinismo rígido possui um entendimento característico de um ato livre: a saber, um ato livre é um ato que não possui nenhuma causa e, portanto, não tem uma história causal.⁵⁰

Os deterministas rígidos, desta maneira, concordam com aqueles que defendem que para que haja liberdade, a ação do indivíduo (escolher comer lasanha, por exemplo) não deve ser causada. Porém, mesmo concordando com esta afirmação, eles não acreditam na existência do livre-arbítrio, pois tudo para eles tem uma causa suficiente, ou seja, cada coisa foi determinada a tal ponto, que cada ação do indivíduo,

⁴⁹ *Ibid.*, p. 97.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 93.

antes mesmo dele nascer, e da natureza, esta infalivelmente causada, desde um maremoto, a um amarrar de cadarços, um piscar de olhos, etc. O livre-arbítrio é apenas uma ilusão que também foi determinada em nossa mente. Com certeza, se Tomás de Aquino estivesse vivo hoje negaria o determinismo rígido, e isto porque seus escritos são muito contundentes em relação à liberdade de escolha dos homens, por isso o filósofo dizia o seguinte:

Respondo, dizendo que os homens, por nascimento, não seguem imediatamente alguma disposição na alma intelectual, pela qual se inclinam por necessidade para eleger algum fim, nem pelos corpos celestes, nem por nenhuma outra coisa, a não ser que por sua própria natureza esteja neles o apetite necessário do fim último, a saber, a beatitude, que não impede o arbítrio da liberdade, pois permanecem diversas vias elegíveis para a consecução desse fim⁵¹.

Desta forma, na concepção do filósofo, os homens não são impelidos a escolher algo por alguma força na alma intelectual de modo imediato, pois ele pode por meio de sua liberdade se movimentar por diferentes vias. Nem mesmo os corpos celestes podem movimentar os homens a realizarem de maneira necessária determinada escolha, e nenhuma outra coisa faz o ser humano escolher algo sem nenhuma contribuição do mesmo. E ainda que o homem possua em si mesmo o apetite do bem, nada impede que ele desejando a beatitude escolha outros bens de caráter passageiro e transitório, que não tem qualquer relação com o bem universal e perfeito como foi demonstrado no capítulo anterior. O problema do determinismo rígido é que ele é uma teoria fatalista, pois o homem acaba ficando sem culpa e sem responsabilidade por suas ações cometidas erroneamente, pois uma vez que tudo é determinado antes mesmo do ser humano nascer, e ele não pode agir de forma contrária a esta determinação, todos os acontecimentos trágicos da humanidade, desde a ascensão de Hitler, até os crimes mais perversos da humanidade, como esquartejamento, genocídio, atos de terrorismo, enfim, não deveriam mais serem vistos como algo reprovável, e também não faria sentido culpar os homens e mulheres por suas ações, pois eles não têm culpa de serem determinados antes de nascerem a cometerem determinados crimes. Todos os criminosos em última instância acabam ficando ausentes de culpa.

Mas existe outra visão determinista⁵², chamada de determinismo suave ou compatibilismo. Essa visão também concorda com o determinismo rígido, no sentido de que todas as coisas são determinadas. Mas, diferente dos deterministas rígidos, os

⁵¹TOMÁS DE AQUINO. *De ver.* q. 24. a 1.

⁵²WALLS; JOSEPH, 2014, p. 100-101.

seres humanos são responsáveis por suas ações, e em certo sentido eles são livres. Assim sendo, os compatibilistas acreditam que a liberdade e o determinismo podem ser compatíveis. Mas como isso é possível? O livro *“Por que não sou Calvinista”*, mostra como os compatibilistas fazem esta conexão entre o determinismo e a liberdade:

Felizmente para os deterministas suaves, eles não são culpados de tal incoerência. Eles oferecem uma definição de liberdade bastante diferente, uma que é cuidadosamente trabalhada para garantir que ela seja compatível com o determinismo. Mais especificamente, eles definem um ato como livre caso ele atenda estas três condições:

. Não é compelido ou causado por qualquer coisa externa ao agente que realiza o ato.

. Todavia, é causado por algo interno ao agente que realiza o ato, a saber um estado psicológico tal como uma crença, um desejo ou, mais precisamente, uma combinação desses dois.

. O agente que realiza o ato poderia ter agido de maneira diferente, caso o agente assim o quisesse.⁵³

Desta forma, o compatibilismo difere do determinismo rígido, pois este coage o indivíduo a cometer uma determinada ação, enquanto aquele defende que existe uma causação interna no agente, que determina que ele aja de determinada forma, como se fosse uma “persuasão irresistível”. Porém, deve-se ter cuidado com essas condições que aparentemente coloca o homem como possuidor da capacidade de execução de atos livres, pois de acordo com Jerry L. Walls e Joseph R. Dongell⁵⁴ é perceptível que o agente não poderia agir de maneira contrária, ou seja, não poderia agir de modo diferente da maneira como agiu, pois ele é determinado a agir de acordo com seus estados psicológicos e seu caráter, sendo que estes foram rigidamente determinados por causas e condições prévias.

Para um melhor entendimento do que seja o determinismo suave, Jerry L. Walls e Joseph R. Dongell⁵⁵ utilizam a história de Jonny e seus amigos outra vez, mas de modo diferente: um delegado em uma pequena cidadezinha queria demonstrar que a lei deve ser cumprida, que ela deve ser dura, e desejava mostrar para as pessoas da cidade que ele era um homem que possuía uma forte abordagem firme e direta ao crime. Todavia, o delegado sabe que na cidadezinha onde ele trabalha o crime é baixo. Então, movido pelo desejo de expressar para os cidadãos que ele é um combatente do crime, ele cria um plano engenhoso, plano este que provocará nas pessoas o desejo de praticar atividades ilegais. O nome do plano se chama “Projeto de Formação de Caráter”. E os

⁵³ *Ibid.*, p. 102.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 103.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 103-104.

alvos deste projeto, são Jonny e seus amigos, entretanto, os adolescentes não cometeram nenhum crime ainda, pois o delegado junto com os seus subordinados pretende formar nos garotos o desejo dos mesmos acharem a atividade criminosa irresistível. Depois que os garotos passam pelo treinamento de formação de caráter, e começam a sentir o desejo de cometer crimes, tudo que o delegado faz é esperar em sua delegacia que os jovens realizem aquilo que eles irresistivelmente desejam, que é roubar insígnias de carros, e uma vez que o crime é ocasionado, o delegado pode usar de sua autoridade para punir os adolescentes. Em outras palavras, aqueles que defendem uma visão mais compatibilista de determinismo possui uma definição de liberdade que tenta provar que uma pessoa pode ser responsável ao mesmo tempo em que é determinada a agir de certa maneira, pois ninguém forçou o mesmo a cometer determinado crime, mas eles desejaram agir de acordo com o caráter que foi formado neles. As causas imediatas desses indivíduos estão relacionadas aos estados psicológicos internos, sendo impossível qualquer ato contrário ao caráter dos mesmos, a não ser que algo modificasse o caráter dos jovens para que os mesmos se tornem incapazes de cometer atos de vandalismo. Mas para o compatibilista não importa o que causa o caráter e os estados psicológicos dos homens, pois tudo acontece de maneira causal, de modo necessário. Uma vez que o delegado treinou os jovens para agirem de modo necessário como criminosos, será impossível surgir qualquer ação contrária àquilo que foi determinado.

A concepção de vontade na filosofia de Tomás de Aquino é complexa, porém, ela não é compatibilista. Para isso, deve-se ter em mente que na perspectiva do filósofo medieval⁵⁶ a vontade não está determinada a todas as coisas, mas somente aquelas que se determina por inclinação natural. Desta forma, existem tanto coisas que a vontade pode aderir ou não, como também existem coisas que ela mediante uma inclinação natural segue de modo necessário. A vontade necessariamente deseja o fim último, entretanto, ela pode seguir ou não os meios que conduz a mesma ao fim desejável. Por isso, ela é indeterminada no que tange a escolher aquilo que vai conduzir a mesma a determinado fim. A vontade também, em relação ao seu ato pode usar ou não usar de seu ato quando quiser, pois diferente das coisas naturais que seguem algo de modo necessário, como o pesado que naturalmente desce por causa da gravidade, a

⁵⁶ TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 22, a. 6.

vontade por ser livre pode usar ou não usar de seu ato, não sendo coagida ou compelida a realizar uma ação. Da mesma maneira, a vontade não pode apetecer algo desordenado, a não ser que o indivíduo por meio de uma falsidade da razão acabe elegendo erroneamente, apetecendo um objeto acreditando que o mesmo irá conduzi-lo a determinado fim que é bom. Isto pode ocorrer, por exemplo, no caso da fornicação, quando esta é apetecida como se fosse um bem ordenável a beatitude.

Desta maneira, com relação à Jonny e seus amigos, Tomás de Aquino responderia que os adolescentes roubaram as insígnias dos carros porque tomaram por meio de uma falsidade da razão, o roubo como se fosse um bem que lhe irá proporcionar emoção e excitação. Com isto, o caráter dos jovens na perspectiva tomista não leva necessariamente ao ato de vandalismo, mas sim um erro da razão. Em outras palavras, se os adolescentes tivessem raciocinado melhor não teriam cometido nenhum crime, pois como foi demonstrado no capítulo anterior, o apetite dos seres humanos deseja o bem, todavia, os jovens têm a liberdade de escolherem qual meio vão seguir para atingir o bem universal e perfeito, e muitas vezes o ser humano erra em seu julgamento. Por isso Tomás de Aquino é bem claro sobre a natureza da vontade:

No entanto, como se diz que a vontade é livre, enquanto não tem necessidade, a liberdade da vontade se considera de três modos: a saber, quanto ao ato, enquanto pode querer ou não querer; quanto ao objeto, enquanto pode querer isso ou aquilo, também os seus opostos; e quanto à ordem ao fim, enquanto pode querer o bem ou o mal⁵⁷.

Se olharmos com bastante atenção a argumentação de um compatibilista, perceberemos que o ser humano de fato não é forçado a agir de certa maneira. Entretanto, isso não poderia ser considerado livre-arbítrio, pois este dá a ideia de algo que é livre, e uma pessoa que é submissa a seus desejos e crenças não pode ser considerada livre, mas escrava. Por isso, quando se fala em livre-arbítrio, o que vem na mente das pessoas, não é uma ação necessária, mas sim uma ação contingente. Por contingente, entende-se aquilo que poderia ocorrer de outra forma. Já uma ação necessária exclui qualquer ação contingente, pois as ações necessárias não poderiam ter acontecido de outra maneira.

Diferente das duas visões anteriores existe uma terceira visão chamada de liberdade libertária, que talvez seja a definição de livre-arbítrio mais famosa que existe. Esta corrente defende que os seres humanos têm liberdade de escolha. Ela pode ser

⁵⁷TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* q. 22, a. 6.

descrita como a capacidade de decidir sobre duas opções ou mais⁵⁸. Por exemplo, suponhamos que diante de uma pessoa sejam colocadas duas opções de alimento, como macarronada e estrogonofe. Se ela escolhe estrogonofe, isso não quer dizer que ela não poderia ter escolhido macarronada. Para uma melhor abordagem, vejamos como é descrita esta noção no livro “*Por que não sou Calvinista*”:

A essência desse posicionamento é que uma ação livre é aquela que não tem uma condição suficiente ou causa prévia para seu acontecimento; ela também defende que algumas ações humanas são, nesse sentido, livres. Defensores da liberdade libertária adotam essa visão por várias razões. Primeiro, a experiência comum de deliberação supõe que nossas escolhas não são determinadas. Quando deliberamos, nós não apenas *sopesamos* os vários fatores envolvidos, mas também os *pesamos*. Isto é, decidimos quão importantes as diferentes considerações são quando comparadas e relacionadas umas às outras. Esses fatores não têm um peso pré-designado que todos devem aceitar. Parte da deliberação é peneirar esses fatores e decidir o quanto eles nos são importantes. Tudo isso presume que cabe a nós a forma como decidiremos.⁵⁹

Desta forma, não existe algo anterior à ação do indivíduo que o determine a escolher determinada coisa ou objeto de maneira fatalista, ou necessária. Aquilo que foi escolhido poderia ter sido recusado, não existindo qualquer força interna ou externa que force a ação do agente a escolher. O homem é livre porque delibera antes de agir, pois pode analisar com todo cuidado aquilo que parecer apropriado ou desapropriado, e os fatores que estão diante dele não o leva a escolher necessariamente determinada coisa, pois se pode analisar estes fatores e decidir segui-los ou recusá-los.

Os libertários⁶⁰ defendem que de modo intuitivo e imediato é evidente que as ações humanas cabem aos próprios homens, ou seja, diante de algumas ou mais opções, os homens têm a tarefa de realizar uma escolha, de decidir entre as reivindicações conflitantes e escolher a mais acertada. Por isso, libertários defendem que esta visão de liberdade é melhor do que aquelas que negam este poder de escolha dos seres humanos, pois o poder de escolher entre cursos de ação alternativos, ou seja, opções diferentes dão a noção libertária de liberdade uma visão mais certa e fidedigna.

Segundo Jerry L. Walls e Joseph R. Dongell,⁶¹ os libertários avaliariam o caso de Jones e seus amigos de maneira diferente. Para os libertários, os jovens

⁵⁸WALLS; JOSEPH, 2014, p. 98.

⁵⁹*Ibid.*, p. 98.

⁶⁰*Ibid.*, p. 98.

⁶¹WALLS; JOSEPH, 2014, p. 101.

poderiam ter evitado os crimes e uma vez que eles tinham esta oportunidade, então se torna apropriado punir os jovens delinquentes, pela simples razão de que eles livremente se recusaram a fazer escolhas melhores. Ao invés de seguirem o desejo de emoção de fazer determinado crime, eles deveriam ter pensado nas consequências, no sentimento de culpa que poderia ser gerado após o cometimento do crime. Mas eles não quiseram dar crédito a qualquer noção de culpa que estivesse em suas mentes, e acabaram escolhendo cometer o crime. Para o libertário, o caráter do ser humano não é estático, mas dinâmico, e é por meio das escolhas humanas que ele é formado e moldado, todavia, as escolhas que os homens fazem são livres. Os homens são capazes de agir de acordo com o caráter, mas também podem alterá-lo na medida em que fazem suas escolhas. Por isso Jerry L. Walls e Joseph R. Dongell defendem que Jonny e seus amigos poderiam diante daquela situação ponderar tudo aquilo e ter uma escolha diferente.

De fato, existem coisas que estão determinadas por alguma lei, como por exemplo, a terra girar em torno do sol. Todavia, há certo espaço para a liberdade de escolha neste mundo. É perceptível que a liberdade libertária é a definição de livre-arbítrio que mais dá sentido ao mundo. Dá sentido porque ela atribui responsabilidade pelas ações dos homens. Por isso, de modo semelhante à visão libertária, Tomás de Aquino⁶² defende que o homem é dotado de livre-arbítrio, pela simples razão de que se ele não fosse possuidor desta capacidade de escolher livremente, não faria mais sentido dar conselhos, exortações, proibições, recompensas ou castigos, pois quem não é livre em sua vontade como pode ser responsabilizado por aquilo que faz? Tomás defende que o homem por meio de sua potência cognoscitiva tem a capacidade de fugir de uma coisa ou de procurá-la, e por meio de sua razão o homem pode se movimentar para direções opostas, e não apenas para uma única direção.

Desta maneira, a visão de Tomás de Aquino é mais próxima de uma visão libertária de livre-arbítrio por causa desta característica contingente que a vontade na concepção tomista possui, permitindo aos homens seguir ou não determinados caminhos, e serem penalizados ou recompensados por aquilo que cometeram.

Porém, a visão libertária de Tomás de Aquino é uma visão moderada. Pois, ainda que os homens possam ser livres em muitas situações, Tomás⁶³ é claro em uma

⁶²TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 83, a. 1.

⁶³TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q.83, a. 1.

coisa: não existe movimento voluntário ou natural sem a precedência de uma primeira causa. Por primeira causa, entende-se o próprio Deus. Este é aquele que move as causas voluntárias e as naturais. Todavia, mesmo Deus movendo-as, ele não impede que os atos voluntários se expressem de modo voluntário. Dá mesma maneira, os atos naturais não são impedidos de serem naturais quando Deus os move. Por isso, Tomás afirma que Deus opera nos seres de acordo com a natureza de cada um, natureza esta que lhe é própria.

Desta forma, o homem é causa de seu movimento, mais não poderia haver este movimento se antes do indivíduo não existisse uma causa primeira que concedesse ao mesmo a habilidade de executar atos voluntários e naturais. Desta forma, existe certa participação divina (causa primeira) nos atos humanos, mas não de maneira determinista fatalista, mas sim de modo que as ações das escolhas de cada indivíduo possam se expressar de modo voluntário ou natural. Em outras palavras, ao Deus conceder movimento aos homens, estes não ficam determinados a seguir uma única direção, mais podem se expressarem de modo contingente. Deus causou o livre-arbítrio nos homens, e estes podem a partir de Deus movimentar-se livremente.

3 Deus e o livre-arbítrio.

É possível pensar na existência do livre-arbítrio, se existe um Deus que a tudo conhece e vê? Como o ser humano poderia ser livre, se cada uma de suas ações já foram previstas por Deus? Além do mais, Deus não é a causa de todas as causas? Então como pode existir livre-arbítrio? Mas se Ele é a causa universal de todas as causas, como fica a questão do mal no mundo? O assunto é um pouco complexo, mas esta questão será analisada, buscando uma possível resposta nas obras de Tomás de Aquino.

3.1. A causalidade divina e a responsabilidade humana

Tomás de Aquino afirmava que Deus é a causa universal de tudo⁶⁴. Isto pode parecer um grande problema para o livre-arbítrio humano, pois este tipo de afirmação pode gerar a ideia de que as ações humanas estão todas determinadas de maneira fatalista, e que o homem não é um ser responsável por suas ações, afinal de contas se Deus é a causa universal de tudo, como fica o mal no mundo? O mal é causado por Deus? Onde está a responsabilidade humana caso isto seja verdadeiro? Tomás de Aquino⁶⁵ terá muita cautela ao explicar esta questão, pois segundo ele, o mal está relacionado à deficiência de determinado agente que executa uma ação, e Deus na mentalidade do filósofo é perfeito, como é bem expresso em uma das suas vias que demonstram a existência de Deus:

A quarta via se toma dos graus que se encontram nas coisas. Encontra-se nas coisas algo mais ou menos bom, mais ou menos verdadeiro, mais ou menos nobre etc. Ora, mais e menos se dizem de coisas diversas conforme elas se aproximem diferentemente daquilo que é em si o máximo. Assim, mais quente é o que mais se aproxima do que é sumamente quente. Existe em grau supremo algo verdadeiro, bom, nobre e, conseqüentemente, o ente em grau supremo, pois, como se mostra no livro II da *Metafísica*, o que é em sumo grau verdadeiro é ente em sumo grau. Por outro lado, o que se encontra no mais alto grau em determinado gênero é causa de tudo que é desse gênero: assim o fogo, que é quente, no mais alto grau, é causa do calor de todo e qualquer corpo aquecido, como é explicado no mesmo livro. Existe

⁶⁴TOMÁS DE AQUINO. *Compêndio de Teologia*. Tradução, apresentação e notas: Carlos Nougué. Porto Alegre: Concreta, 2015, p. 221.

⁶⁵TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 49, a. 2.

então algo que é, para todos os outros entes, causa de ser, de bondade e de toda a perfeição: nós o chamamos Deus⁶⁶.

É claro que o objetivo deste capítulo não é tratar da existência de Deus, mas apenas apontar a maneira racional como o filósofo medieval chega mediante a razão a compreensão da necessidade de um ser que seja perfeito, e isto é feito mediante sua quarta via que demonstra que existem graus de perfeição nas coisas criadas, existe um ser que deve possuir o grau mais elevado de perfeição, que nomeamos como Deus, que é maximamente perfeito e que causou todas as coisas que também possui algum grau de bondade e de perfeição, como foi demonstrado acima. Para São Tomás de Aquino a vontade divina jamais vai escolher algo que contrarie a natureza do seu ser que é imutável. Para o filósofo medieval, Deus não é flexível ao mal, simplesmente porque a sua natureza não criada é também o seu Ser e a sua Bondade, e por expressar esta característica, seus atos não possuirão defeitos⁶⁷. Assim como os homens possuem livre-arbítrio por serem senhores de seus atos, com maior razão Deus também possui, já que ele não está subordinado a nada, tendo a capacidade de agir de modo espontâneo, pois quem possui livre-arbítrio pode querer as coisas espontaneamente⁶⁸. Mas o livre-arbítrio divino não implica a possibilidade do mal, pois Paulo Faitanin e Bernardo Veiga dizem o seguinte:

Em síntese, Deus possui a suma liberdade e o perfeito livre-arbítrio, sem que necessariamente suas escolhas indiquem haver n'Ele uma mutabilidade da vontade, pois o seu livre-arbítrio não exclui a imutabilidade da sua vontade, mas antes a confirma, sem eliminar o poder de decidir sobre que ação tomar.

De fato, se o homem pode, por seu livre-arbítrio, com uma vontade mutável, escolher agir ou não agir, por maior força de razão também pode Deus, com sua vontade perfeita e imutável, uma vez que as suas escolhas não mudam sua vontade, senão que revelam para nós a retidão em suas escolhas, nem sempre entendidas devido a nossa limitação cognitiva, volitiva e, sobretudo, por falta de fé⁶⁹.

Assim sendo, o livre-arbítrio de Deus confirma sua imutabilidade revelando por meio de sua vontade a retidão de suas escolhas, impossibilitando desta maneira qualquer erro de eleição da parte do Criador. Desta forma, a divindade, diferente dos seres humanos que sempre precisam passar por um processo de evolução constante para

⁶⁶TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 2, a. 3.

⁶⁷TOMÁS DE AQUINO. *De ver.* q. 24, a. 3.

⁶⁸TOMÁS DE AQUINO, *SCG* I, 88.

⁶⁹TOMÁS DE AQUINO, *De ver.* p. 27.

se tornar pessoas melhores, não pode evoluir, pois a palavra evolução traz à mente a imagem de alguém que se tornou melhor do que era. Ora, Deus é perfeito e imutável, portanto não necessita evoluir. De tudo aquilo que foi mencionado até agora, fica claro que Tomás de Aquino defende com bons argumentos a questão da perfeição divina, sendo impossível que surja de Deus algo considerado imoral.

Porém, na perspectiva do filósofo, Deus é a causa do mal que está relacionado à pena. Para Aquino, os homens na medida em que praticam o mal são penalizados pela justiça Divina. Este mal que é utilizado para punir os seres humanos está relacionado à justiça divina que deseja colocar ordem no universo, sendo desta forma um acidente, algo que surge na medida em que os homens deixam de realizar a reta ordem das coisas, sendo punidos. Mas o mal que os seres humanos praticam e que por isso são culpados não é causado por Deus, mas os homens enquanto causas segundas é que causam uma ação má pelo fato deles serem moralmente deficientes e como consequência desta deficiência as ações humanas tendem a serem falhas, ou seja, más⁷⁰. Mas o mal que está ligado à culpa não é causado por Deus, mas são os homens que o praticam e que por isso são punidos pelo mal da pena que está ligado a justiça divina⁷¹. E são culpados quando voluntariamente decidem não seguir a operação devida, que é realizar o bem⁷².

Percebe-se, deste modo, que o mal relacionado à pena somente surge quando os seres humanos realizam atos considerados imorais. Neste exato momento, muitos criminosos estão praticando os crimes mais hediondos, atos considerados tão maléficos que os homens não possuem palavras suficientes para descrever tamanha brutalidade. Ora, se estes criminosos serão punidos pela justiça Divina, significa que antes de executarem determinada ação imoral poderiam ter evitado o que fizeram, do contrário não haveria razão para serem punidos, deste modo, fica claro que eles possuíam livre-arbítrio para escolher diferente da maneira como escolheram. É por isso que quando as pessoas sabem que determinada pessoa realizou um ato considerado criminoso, elas ficam indignadas ou até mesmo furiosas (muitas vezes fazem até justiça com as próprias mãos), pois elas no fundo sabem que determinado criminoso poderia ter evitado aquele crime. Deste modo, a partir da filosofia de Tomás de Aquino pode-se depreender que o mundo seria uma grande bagunça se não houvesse ordem, portanto é

⁷⁰TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 49, a. 2.

⁷¹TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 49, a. 2.

⁷²TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 48, a. 5.

necessário que alguém superior tenha colocado ordem no universo, do contrário tudo o que ocorre diante dos olhos humanos seria fruto do mero acaso, havendo somente caos e destruição. A ordem que existe no mundo revela que os homens possuem livre-arbítrio, pois ordem implica em aplicar punições naqueles que podendo ter evitado o mal, preferiram seguir um caminho diferente, ou seja, errôneo. Alguns poderiam dizer: Não seria melhor Deus ter criado homens sem a capacidade de errar para que não houvesse a possibilidade do mal? Pode se encontrar uma possível resposta na Suma Teológica de São Tomás de Aquino:

...Deus, a natureza e qualquer agente fazem o que é melhor considerando o todo, mas não o que é melhor considerando cada parte, a não ser ordenada ao todo, como foi dito acima. Ora, o todo, que é a universalidade das coisas, é melhor e mais perfeito se houver nele algumas coisas que possam deixar de ser boas, e que às vezes de fato deixam de ser, sem que Deus as impeça. Isso porque é próprio da Providência não destruir a natureza, mas salvá-la, como diz Dionísio: a natureza das coisas implica que aquelas que podem falhar algumas vezes falhem. Ou então porque, como diz Agostinho: Deus é tão poderoso que pode fazer o bem do mal. De sorte que muitos bens seriam suprimidos se Deus não permitisse a existência de nenhum mal. Não se produziria o fogo se o ar não fosse destruído; a vida do leão não estaria assegurada se o burro não fosse morto; e não se faria o elogio nem da justiça que pune nem da paciência que suporta, se não houvesse a iniquidade.⁷³

Deste modo, ainda que o mal seja permitido por Deus, o poder divino é capaz de permitir o mal para que seja manifestada uma variedade de bens, que seriam suprimidos se não houvesse a permissão do mal. Adaptando este pensamento para os dias de hoje, a justiça utilizada pelo policial que pune um criminoso não seria elogiada se o mal não fosse permitido, pois na medida em que ele pune o delinqüente, ela é vista como algo louvável. Assim, a manifestação da maldade do criminoso faz a justiça ser louvada e expressada como algo bom. A providência divina como bem foi definida não deseja destruir a natureza, mas antes salvar. Como os seres humanos possuem livre-arbítrio podendo seguir para direções diferentes, como foi bem expresso nos capítulos anteriores, a providência decidiu salvar esta natureza que pode falhar na medida em que os seres não a utilizam de maneira correta. Todavia, mesmo com esta possibilidade Deus é tão poderoso que pode fazer o bem do mal, como foi dito por Santo Agostinho. Tudo aquilo que existe no universo foi criado de modo hierárquico, para que diferentes manifestações de bondade fossem expressas. Por isso São Tomás de Aquino afirma:

⁷³ TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 48, a. 2.

...Como acima foi dito, a perfeição do universo requer que haja desigualdade entre as coisas, a fim de que se completem todos os graus de bondade. Ora, há um primeiro grau de bondade em que uma coisa é de tal forma boa que não pode deixar de ser. Há um outro em que uma coisa de tal modo é boa, que pode deixar de ser. E esses graus se encontram também no mesmo ser, pois a certas coisas que não podem perder o próprio ser, como as realidades incorpóreas; outras podem perdê-lo, como as realidades corpóreas. Portanto, assim como a perfeição do universo requer que não haja só realidades incorruptíveis, mas também realidades corruptíveis, assim também a perfeição do universo requer que haja certas coisas que possam deixar de ser boas. A isso se segue que às vezes elas deixar de ser boas. Portanto, é evidente que o mal se encontra nas coisas como também a corrupção, porque a própria corrupção é uma espécie de mal⁷⁴.

Assim, através dos diferentes graus de bondade a perfeição do universo é expressa, mas isso somente é possível porque existe desigualdade entre as coisas que permite certa hierarquia entre elas para que se completem todos os graus de bondade. O corpo humano, por exemplo, é uma realidade corpórea inferior a alma, pois o primeiro é corruptível, enquanto a segunda incorruptível⁷⁵; O homem possui naturalmente uma tendência para o erro pelo fato de ser mutável e imperfeito, porém Deus é imutável e perfeito, sendo suas ações expressões de sua vontade perfeita e imutável, como já foi mencionado. Percebe-se deste modo que as coisas foram criadas de tal modo para mostrar para os homens certa gradação de bondade nas coisas que eles observam, para que somente assim o universo tivesse perfeição, sendo que Deus, o único ser não criado, está no topo desta gradação. No que tange ao mal, este nem sequer é uma natureza:

Um dos opostos é conhecido pelo outro, como a treva pela luz. Por isso, para conhecer o que é o mal, é preciso saber a razão do bem. Ora, dissemos acima que o bem é tudo o que é desejável. Assim, como toda a natureza deseja seu ser e sua perfeição, é preciso dizer que o ser e a perfeição de toda a natureza têm razão de bondade. É portanto impossível que o mal signifique certo ser ou certa natureza ou forma. Resta, portanto, que o termo mal designe certa ausência de bem. Eis porque se diz do mal que “nem existe, nem é um bem”; porque sendo o ente como tal um bem, não se nega um sem o outro⁷⁶.

Portanto, o mal na concepção de Aquino não é algo substancial, pois se assim fosse seria um bem. Completamente contrário ao bem, o mal consiste na ausência de bem, pois este está relacionado ao ser e a perfeição da natureza, e o mal é ausente destas coisas. O problema é que o ser humano muitas vezes toma o mal sobre aparência

⁷⁴TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 48, a. 2.

⁷⁵TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 75, a. 6.

⁷⁶TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 48, a. 1.

de bem, como foi dito nos capítulos anteriores. Todavia, Tomás de Aquino⁷⁷ é claro sobre uma coisa: não é qualquer ausência de bem que pode ser considerada mal, pois se assim fosse, tudo aquilo que determinado ser não possui em relação aos seres diversos seria considerado mal. Deste modo, o homem seria mal por não ter a agilidade da cabra ou a força do leão, o que seria um absurdo, pois estes seres se encontram em uma classificação diferente dos homens, pois, de modo geral, eles foram predeterminados a terem estas características, já o homem, não. Porém, a cegueira é um mal para o ser humano, pois de modo geral eles nascem para ver, e a visão é um bem⁷⁸, mas não é um mal para a pedra a ausência de visão, pois é contra a razão da pedra possuir a vista⁷⁹. No que tange ao mal moral, Tomás é claro em afirmar que as criaturas racionais como os homens, pelo fato de possuírem uma vontade que tem por objeto o bem, mas que decidem voluntariamente suprimir a operação devida (que é se inclinar ao bem), são culpadas por não terem uma ação perfeita (o bem), algo que poderia ser realizado se tivessem dominado suas vontades⁸⁰.

3.2. A Ciência divina e o livre-arbítrio

Aqueles que possuem uma visão mais determinista e fatalista de mundo defendem que se Deus prevê cada ação que o ser humano irá fazer, então ele necessariamente fará determinadas ações, pois Deus não pode cometer erros. Pode-se ter a impressão de que as ações humanas são determinadas pela presciência divina, pois não se pode agir diferentemente da forma como Deus havia previsto. Alguns filósofos cristãos contemporâneos tentaram solucionar este problema, entre eles, Willian Lane Craig, que em seu livro “*O Único Deus sábio: a compatibilidade entre a presciência divina e a liberdade humana*” afirma que a argumentação dos fatalistas teológicos é falaciosa:

O leitor deve ser capaz de ver que o argumento a favor do fatalismo teológico comete uma falácia lógica bastante comum. Em efeito o fatalista argumenta:

Necessariamente, se Deus prevê x, então x acontecerá.

Deus prevê x.

Portanto, x necessariamente acontecerá.

⁷⁷TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 48, a. 3.

⁷⁸TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 48, a. 3.

⁷⁹TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 48, a. 5.

⁸⁰TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 48, a. 5.

Mas tal raciocínio é universalmente reconhecido ser logicamente falacioso. É como argumentar:
 Necessariamente, se Jones é um solteiro, Jones não é casado.
 Jones é um solteiro.
 Portanto, Jones necessariamente não é casado.
 Mas Jones não é casado necessariamente. Ele apenas não é casado.
 Ele é perfeitamente livre para ser casado; nenhuma necessidade o compele a ser solteiro. A forma válida do argumento seria, portanto, lida:
 Necessariamente, se Jones é um solteiro, Jones não é casado.
 Jones é um solteiro.
 Portanto, Jones não é casado.⁸¹

O que William Lane Craig está querendo defender aqui, é que as coisas não precisam acontecer necessariamente, elas apenas acontecerão. Ao que tudo indica, os fatalistas teológicos tendem a confundir a ciência de um acontecimento futuro com a predeterminação total do futuro, como se o conhecimento de Deus causasse todas as operações das criaturas, deixando elas apenas passivas em seu movimento. E é por isso que Willian Lane Craig considera o raciocínio dos fatalistas como falacioso:

É falacioso inferir que x acontecerá necessariamente. Apenas acontecerá. É inteiramente possível que x falhe, não aconteça. Claro que, se fosse para deixar de acontecer, Deus não teria conhecido x de antemão. Da presciência de Deus de x, podemos ter certeza absoluta de que x ocorrerá. Mas isso não tem de ocorrer; é possível que ele falhe a acontecer.

O que é impossível é uma situação em que Deus conhece x de antemão e x deixe de acontecer, pois isso seria uma contradição lógica. É impossível para ambos, Deus saber de antemão que Jones cortará a grama e Jones se abster de cortar a grama. Mas por nenhum exagero de imaginação podemos interpretar como uma limitação à liberdade de Jones, sua incapacidade de realizar uma situação em que Deus prevê tanto que ele cortará a grama como que ele se abstém de cortá-la! O que se entende por liberdade é que Jones é livre ou para cortar a grama ou abster-se, e tudo quanto ele faz Deus saberá de antemão.⁸²

Assim sendo, Jones ainda permanece com o seu livre arbítrio intacto, pois ele pode escolher entre cortar ou não cortar a grama, pois a presciência de Deus não é uma força que torna os seres humanos apenas passivos em seus movimentos, mas sim uma revelação de todos os movimentos e intenções dos atos das criaturas. São Tomás de Aquino, muito antes do filósofo cristão Willian Lane Craig, expressou sua visão a respeito do pré-conhecimento divino, e mencionou algo semelhante em seus escritos.

⁸¹ CRAIG, William Lane. **O único Deus sábio: a compatibilidade entre a presciência divina e a liberdade humana**. Tradução de Walson Sales. Maceió: Editora Sal Cultural, 2016, p. 69.

⁸² *Ibid.*, p.70.

Na perspectiva tomista, os homens veem as coisas contingentes acontecendo sucessivamente⁸³, em outras palavras, eles enxergam as coisas ocorrerem de modo linear. Por exemplo, quando alguém assiste a um filme, esta pessoa vê cada ação dos personagens se desenrolarem pouco a pouco, sem ao menos saber o que ocorrerá no final do filme. Porém, quando se fala sobre a perspectiva de Deus as coisas são mais complexas, pelo simples motivo de que o que está sendo investigado é um ser superior aos homens e que é transcendental. Santo Tomás afirmava que Deus não vê as coisas sucessivamente como os homens veem, mas sim simultaneamente. A razão fundamental para isso é de que Deus está no plano da eternidade, e uma vez em que Ele está nesta perspectiva tudo aquilo que Ele vê com relação às ações contingentes humanas é visto como um eterno presente. Deus, desta forma, não precisa consultar o futuro para ter conhecimento de algo, pois passado, presente e futuro ocorrem simultaneamente diante do olhar divino⁸⁴.

Deus, desta forma, vê o nascimento, o crescimento e a morte de uma pessoa simultaneamente, pelo fato dele se encontrar no âmbito da eternidade, que é um lugar onde passado e futuro não existem. Não existindo tempo ou duração, ocorre tudo de uma única vez diante dos olhos divinos. Sendo que os homens podem agir contingencialmente, mas Deus infalivelmente conhecerá todos estes atos contingentes realizados por eles. E estes continuarão agindo contingencialmente. Ainda que Deus seja a causa necessária de tudo aquilo que existe, Aquino afirmava que o efeito pode ser contingente em razão da causa próxima que é contingente:

...deve-se dizer que, mesmo que a causa última seja necessária, o efeito pode ser contingente em razão da causa próxima contingente. Por exemplo, a germinação da planta é contingente em razão da causa próxima contingente, embora o movimento do sol, que é a causa primeira, seja necessária. Assim também as coisas contingentes que Deus conhece são contingentes em razão de suas causas próximas, embora a ciência de Deus, que é causa primeira, seja uma causa necessária⁸⁵.

Deste modo, ainda que o sol seja a causa necessária para a germinação da planta (pois esta necessita de luz solar para germinar), em nenhum momento isto implica dizer que havendo a presença do sol a planta vai germinar necessariamente, pois ela pode falhar na germinação, talvez porque a semente não teve contato com a água, ou

⁸³TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 14, a. 13.

⁸⁴TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 14, a. 13.

⁸⁵TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 14, a. 13.

foi comida pelos pássaros, ou o solo não era adequado para ela, etc. De modo semelhante, Deus tem conhecimento necessário de tudo aquilo que acontece ou acontecerá, todavia o conhecimento divino não é uma força que impele a ação das criaturas a agir de determinada maneira, mas os seres agem (dentro de certos limites) sem serem forçados a escolher as coisas que se apresentam a eles. Sendo que Deus sabe qual movimento o indivíduo realizará diante das opções que forem apresentadas a ele. Por isso, São Tomás afirma que a ciência divina é necessária pela simples razão dela conhecer tudo infalivelmente, mas conhecer todas as ações humanas não significa levar irresistivelmente os homens a agir de determinado modo, pois para o Aquinate o antecedente, ainda que seja necessário, não implica em afirmar que o consequente também será⁸⁶.

Em outras palavras, quando Deus tem pleno conhecimento de que João irá escovar os dentes, isto não significa afirmar que João esteja escovando os dentes necessariamente, pois ele poderia não ter escovado os dentes se assim optasse, porém, mesmo que ele se recuse a escovar os dentes, a ciência divina preveria isso infalivelmente, e o sujeito continuaria livre. O que o filósofo está tentando dizer é que só porque Deus é a causa do homem ser o que é, isso não leva a conclusão de que os seres humanos não podem agir contingencialmente. Isso foi observado nos capítulos anteriores que mostraram que Deus não impede que os atos humanos sejam voluntários, ainda que o homem somente execute ações livres por causa da intervenção divina que possibilitou que a humanidade pudesse se mover.

A vontade divina dentro do âmbito tomista está relacionada à providência de Deus, e Ele mediante sua vontade, que é a causa de todas as causas, decide que algumas coisas devem ser realizadas de modo necessário, já outras de modo contingente, e é assim que a vontade divina relacionada à providência se cumpre. Desta forma, a providência não é um empecilho para o livre-arbítrio e nem ele um problema para ela, pois é parte dela permitir que os homens se utilizem do livre-arbítrio, cumprindo de modo contingente a vontade de Deus, que é realizada eficazmente. Deste modo, ainda que a vontade de Deus seja a causa universal das coisas, ela não leva ao fatalismo teológico, pois a vontade divina não exclui o contingente, mas antes o preserva⁸⁷.

⁸⁶TOMÁS DE AQUINO, *S. Th.* I, q. 14, a. 13.

⁸⁷TOMÁS DE AQUINO. *Compêndio de Teologia*. Tradução, apresentação e notas: Carlos Nougué. Porto Alegre: Concreta, 2015, p.220.

Considerações finais

Tomás com uma profunda análise demonstra que o homem de fato possui livre-arbítrio, e isto porque o ser humano usa a razão ao escolher, ele não é como um animal que usa apenas o seu instinto natural, mas o homem age de acordo com a razão em busca de um bem, de um fim. Todavia, o filósofo medieval acentua os limites da liberdade humana, colocando a necessidade da graça para realizar o bem verdadeiro, manifestado na caridade, pois sem a graça o livre-arbítrio humano está limitado aos bens naturais e transitórios, sendo incapaz de se dirigir e andar em perfeita conformidade com a vontade de Deus sem a assistência da graça divina. Aquino, de maneira correta, não acredita na existência do livre-arbítrio sem a existência de uma primeira causa. Erram aqueles que defendem uma noção de livre-arbítrio completamente autônomo de uma primeira causa, pois como um ser finito pode ser livre em suas escolhas, sem a precedência de um Ser infinito que concedeu esta capacidade dos seres finitos se moverem voluntariamente? Como este ser finito passou a possuir esta capacidade de usar sua vontade de maneira livre? Seu livre-arbítrio surgiu do nada? Ao ler as obras de Tomás de Aquino, o que fica claro e coerente é que o livre-arbítrio humano necessita de uma primeira causa, pois somente ela pode possibilitar a existência do mesmo, do contrário seria impossível que o homem fosse livre, e Tomás chama esta primeira causa de Deus. Todas as escolhas humanas somente podem ser realizadas porque Deus concedeu aos seres humanos a habilidade de se moverem não somente naturalmente, mas também voluntariamente. Deste modo, a exposição de Tomás de Aquino sobre o livre-arbítrio humano é perfeitamente conciliável com a crença na existência de Deus, do contrário não haveria possibilidade de existirem seres livres, nem qualquer coisa provida de matéria, pois aquilo que não é eterno não pode vir a existir por si mesmo.

Apesar de Tomás defender Deus como a causa de todas as coisas, o filósofo nega qualquer visão determinista, pois ele acredita que o homem é responsável por suas ações, não agindo apenas por instinto natural, mas utilizando a razão antes de agir, sendo penalizado quando não realiza o bem, algo que poderia ser realizado se ele tivesse pensado melhor antes de agir. Se isto não fosse verdade, não faria mais sentido aconselhar os homens a agir de modo correto e justo, como foi bem expresso por São Tomás de Aquino. Sua filosofia do livre-arbítrio é teocêntrica, mas ao mesmo tempo defende a responsabilidade humana por suas escolhas, o homem passa a ser responsável

pelo mal moral que acontece no mundo, sendo por isso castigados pelo mal da punição, este sim causado por Deus, que deseja somente a reta ordem das coisas. No que tange a ciência divina e o livre-arbítrio, Aquino consegue de maneira muito filosófica conciliar estas duas coisas, preservando tanto a ciência divina que conhece todas as coisas, como também o próprio livre-arbítrio, pois Deus vê todas as escolhas humanas do passado e do futuro como se estivessem diante dele em um eterno presente, pois Ele se encontra no plano da eternidade. O homem, desta maneira, pode usar sua vontade livre para agir normalmente em direção a determinado bem, pois ele não será forçado a se movimentar, mas poderá escolher por quais meios deseja se guiar para atingir determinado bem, seja ele passageiro, transitório, aparente ou o Bem Verdadeiro, que é o próprio Deus, que concede graça aos homens para se aproximarem dele.

Referências

- AGOSTINHO DE HIPONA. **O livre-arbítrio**. Tradução, Introdução e notas de Nair de Assis Oliveira. 3ed. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção Patrística).
- _____. **A Cidade de Deus**: (contra os pagãos). Tradução de Oscar Paes Leme. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. Tomo II.
- _____. **A Natureza do Bem**. Tradução de Carlos Ancêde Nougé. Rio de Janeiro: Sétimo selo, 2006.
- BERTRAND, Russel. **História da filosofia ocidental**. 2ª Ed. Tradução de Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. Vol. 02.
- CHESTERTON, G. K. **Santo Tomás de Aquino**: biografia. Tradução e Notas de Carlos Ancêde Nougé. São Paulo: LTr, 2003.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. **O Problema do Mal na Polêmica Antimaniquéia de Santo Agostinho**. Porto Alegre: Edipucrs; Recife: UNICAP, 2002.
- CRAIG, William Lane. **O único Deus sábio: a compatibilidade entre a presciência divina e a liberdade humana**. Tradução de Walson Sales. Maceió: Editora Sal Cultural, 2016.
- FAITANIN, P.; VEIGA, B. *In*: Tomás de Aquino. **O apetite do bem e a vontade: Quaestiones Disputatae de Veritate**: Questão 22/Tomás de Aquino. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- OLSON, R. E. **A História da Teologia Cristã**: 2.000 anos de tradição e reformas. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- TILLICH, Paul. **História do pensamento cristão**. 2 ed. Tradução de Jaci Maraschin. São Paulo: ASTE, 2000.
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tradução de Aldo Vannuchi *et al.* São Paulo: Loyola, 2005.
- _____. **Suma contra os Gentios**. Trad. D. Odilon Moura e D. Ludgero Jaspers, rev. Luis Alberto de Boni. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia de Brindes: Sulina; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1990.
- _____. **O livre-arbítrio**: *Quaestiones Disputatae de Veritate*: Questão 24/Tomás de Aquino. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: EDIPRO, 2015.
- _____. **O apetite do bem e a vontade**: *Quaestiones Disputatae de Veritate*: Questão 22/Tomás de Aquino. Tradução de Paulo Faitanin e Bernardo Veiga. São Paulo: EDIPRO, 2015.

_____. **Compêndio de Teologia.** Tradução, apresentação e notas: Carlos Nougué. Porto Alegre: Concreta, 2015.

WALLS, Jerry L; JOSEPH, Dongell R. **Por que não sou calvinista.** São Paulo: Reflexão, 2014.